

Tribuna Operária

ANO VI - Nº 218 - DE 27 DE MAIO A 1º DE JUNHO DE 1985

Cr\$1000

Comunistas requerem legalidade NOVA FASE NA VIDA DO PC do B

Uma comissão de dirigentes comunistas, encabeçada por João Amazonas, deu entrada, na quinta feira, no processo de reorganização do Partido Comunista do Brasil (PC do B), fundado em 1922 e que teve apenas dois anos de legalidade nesta longa existência. Junto com o Manifesto à Nação, a Declaração Programática e os Estatutos, foram registradas direções provisórias em 17 unidades da Federação, além da direção nacional, composta de 11 membros. Leia na página 3 entrevista com João Amazonas e mais notícias. Na página 4 o Manifesto.



EDITORIAL

Vitória operária

Terá enorme repercussão na vida política nacional, e será uma grande vitória operária, a conquista da legalidade pelo Partido Comunista do Brasil. Durante 63 anos este destacamento avançado da classe operária batalhou incansavelmente pelos direitos do povo, pela liberdade e pelo socialismo. Só teve dois anos de vida legal, entre 1945 e 1947. Mesmo neste período, quando participou da Assembleia Constituinte de 1946, teve 32 de seus militantes assassinados. Durante os 21 anos de regime militar enfrentou brutal perseguição fascista. Em quatro anos, de 1972 a 1976, foram trucidados dez membros de seu Comitê Central.

Apesar disto, é o partido com a mais longa existência no país. Tal vitalidade se deve ao fato de que o partido corresponde a uma necessidade histórica, apóia-se na teoria científica do socialismo e representa a classe verdadeiramente revolucionária, o proletariado.

Com a legalidade, milhares de combatentes operários, camponeses, jovens e mulheres tomarão conhecimento de suas propostas e ingressarão em suas fileiras. Os trabalhadores poderão dispor de um instrumento poderoso, hábil politicamente, com uma razoável experiência acumulada, capaz de intervir positivamente no movimento progressista, democrático e popular e defender as suas reivindicações.

Mas ao mesmo tempo, para assegurar a atividade de seu partido, os trabalhadores terão que enfrentar múltiplos obstáculos. A própria lei que regulamenta o direito de organização partidária estabelece inúmeras restrições de caráter antidemocrático, que precisam ser eliminadas. Ao lado disto, incentivados pelas classes dominantes, proliferam os grupos que se intitulam comunistas visando confundir e dividir o movimento operário. Ao mesmo tempo em que defendem o princípio democrático da ampla liberdade de organização, os ope-

rários conscientes terão que desenvolver uma árdua batalha, nos terrenos político e ideológico, para manter elevadas as bandeiras revolucionárias de sua classe e desmascarar os contrabandos de todo tipo que estão em circulação.

O partido passa a atuar legalmente numa situação complexa. O Brasil atravessa uma crise extremamente grave. A economia, submetida aos ditames do capital internacional, está próxima da paralisia. Milhões de trabalhadores estão desempregados. Os salários foram brutalmente comprimidos. A Nova República surgiu de uma luta acirrada contra o regime militar. Mas a correlação de forças existentes, embora permitisse uma vitória expressiva sobre os generais, não resultou numa ruptura radical com o velho sistema; o país vive numa transição, onde o povo anseia por mudanças profundas, ao passo que os conservadores tratam de preservar ao máximo a herança autoritária, ou mudar as coisas apenas na superfície. Enquanto isto, agrupamentos inconseqüentes tratam de desmoralizar as conquistas democráticas, movidos por interesses subalternos.

Nesta conjuntura intrincada, o PC do B levanta a sua voz. Indica abertamente em seu programa que "o progresso não será obtido nos marcos do regime capitalista". E que "não se alcançará o socialismo fugindo ao curso da vida política, mas participando ativamente de todos os movimentos democráticos, patrióticos e sociais". Compromete-se a "aglutinar e fortalecer as organizações populares, contribuir para a unidade da classe operária como base da unidade popular, aproximar numa frente comum todas as correntes e forças democráticas animadas do propósito de edificar uma pátria florescente e culta, livre da opressão e do atraso". A **Tribuna Operária** concorda com esta política e saúda o PC do B legal.

Brasileiros homenageiam Enver Hoxha em S. Paulo

A solenidade em memória do grande dirigente albanês na pág. 2.



Ganha corpo no país movimento dos professores

Professorado conquista simpatia e apoio de diversos setores. Em São Paulo predomina visão eleitoreira. Pg. 7

Canavieiros em greve paralisam usinas paulistas

Mais de 80 mil assalariados da cana e da laranja cruzam braços para exigir melhorias salariais. Leia na página 7

Mais forte o sindicalismo no campo

O 4º Congresso da Contag, neste fim de semana, coroa o crescimento da ação sindical no campo e traça os rumos para um novo salto da organização dos trabalhadores. Pg. 10



Na assembleia do dia 22 os operários rejeitaram a "provocação patronal"

Retaliação e vingança
das multinacionais no ABC

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Ilustração: Chico Martins



Por que o Vaticano e os EUA estão juntos?

Os recentes protestos de amplas massas de católicos contra o rumo que o papa João Paulo II vem imprimindo à Igreja, bem como a nova onda de inquisição desencadeada pelo Vaticano contra setores progressistas do clero, trazem à tona o debate sobre a intervenção política da Santa Sé.

A Igreja de Roma teve sempre uma atuação marcadamente política e ao lado das classes dominantes. Como testemunhou um padre, o “povo simples acostumou-se a ver a cruz abençoando a espada opressora”. Mas na gestão de João Paulo II é cada vez mais claro o seu alinhamento com a política de um determinado país imperialista, os Estados Unidos.

Os vínculos entre os EUA e a Santa Sé remontam ao período da Segunda Guerra Mundial. Em 1941, o general Wild Bill Donovan, do serviço secreto ianque, ligou-se à Pro Deo, agência de espionagem do Vaticano, inclusive financiando-a. Quando ficou inevitável a vitória das forças democráticas na guerra, EUA e Vaticano organizaram, em conjunto, a fuga de vários criminosos de guerra alemães e italianos da Europa.

A derrota do fascismo levou a um rejuvenescimento dos ideais de liberdade. Instituições e personalidades que apoiaram abertamente Mussolini e Hitler (o papa Pio XII abençoou as tropas que iam invadir a URSS), ficaram profundamente desgastadas. Setores do clero que, desafiando os ditames de Roma, lutaram contra a besta-fera nazi, pressionaram para que os ventos democráticos arejassem também a estrutura feudal da Igreja.

ATUALIZANDO-SE

Tais pressões levaram o sucessor de Pio XII, papa João XXIII, a convocar o Concílio Vaticano II. Foram criadas Conferências Episcopais, com certa jurisdição em suas bases territoriais (no Brasil, a CNBB). Sob o signo do “aggiornamento” (atualização), cerca de três mil bispos, 200 assessores teológicos e leigos fizeram várias reuniões, entre 1959 e 1965. O Concílio terminou seus trabalhos já sob o comando de Paulo VI. Mas nesse meio tempo a Igreja havia deixado de realizar seus cultos somente em latim; religiosos puderam pendurar no cabide suas vestes medievais, como a batina, e sair de mangas de camisa pelas ruas. Sacerdotes da América Latina reuniram-se em Medellin (1968) e Puebla (1978) para discutir os problemas dos povos dessa região.

A constante do “aggiornamento” foi o enfrentamento entre religiosos intimamente vinculados aos governantes reacionários dos vários países em que atua a Igreja Católica e os que, de um modo ou de outro, ligavam-se aos anseios e lutas populares. Na Europa, nos anos 50-60, padres e freiras chegaram a empregar-se em fábricas, buscando viver de perto o drama da exploração sofrida pelo proletariado. Religiosos aderiram também à luta operária, atuando em sindicatos e outras organizações. O contato com a crua realidade

de da exploração levou alguns deles a rejeitarem o papel que o Vaticano e a hierarquia eclesiástica desempenhavam na sociedade, desligando-se da Igreja.

Na América Latina, esse envolvimento do clero com os oprimidos foi mais sensível a partir dos anos 60. Como a exploração é maior no Continente, vítima há séculos de espoliadores estrangeiros, houve casos de sacerdotes juntarem-se ao povo sublevado que, através das armas, lutava contra a tirania. O mais notório desses episódios foi o da Nicarágua, com a vitória da Revolução Sandinista em meados de 1979.

Mas por essa época ascendeu ao trono de São Pedro o papa João Paulo II, após a curta gestão de João Paulo I, morto em circunstâncias misteriosas 33 dias após pôr a mitra papal. Vinculado a setores dos mais obscurantistas, João Paulo II lançou “uma forte ofensiva conservadora, marcada pela ortodoxia doutrinária, pelo apoio à centralização nas decisões e por uma revitalização do papado e, em geral, das hierarquias eclesiásticas”, como explica A. M. Ezcurra em seu livro “O Vaticano e o Governo Reagan”.

Wojtyla que, na Polônia, cooperou com organizações raivosamente anticomunistas, como o K.O.R., assim que assumiu a chefia da Igreja revigorou entidades ultra reacionárias: a Opus Dei (que foi ligada à ditadura do general Franco, na Espanha; teve ótimas relações com a ARENA e o regime militar brasileiro; apóia no Chile a ditadura do general Pinochet), os Cavaleiros da Ordem de Malta, a Congregação Mariana, e até agências de atuação localizada, como a TFP no Brasil. Numa ação inédita na história recente do Vaticano, o papa começou a percorrer o mundo, mesclando suas visitas a ditadores sanguinários como o general Rios Montt da Guatemala (que fuzilou seis opositores horas antes de trocar abraços com o Sumo Pontífice na capital de seu país) e Ferdinand Marcos, das Filipinas, com passagens pela Nicarágua e outros países democráticos. A tônica de seus pronunciamentos nessas excursões é a condenação aos religiosos que simpatizam com as aspirações populares.

Karol Wojtyla ainda deu novo alento à desgastada Santa Inquisição — que queimou nas fogueiras e torturou até a morte cientistas, pensadores e lutadores como Joana D’Arc e Giordano Bruno, e que obrigou Galileu Galilei a negar que a Terra se movesse no Universo para não ser executado. Com o novo nome de Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, a Inquisição está agora sob a chefia do cardeal Joseph

Ratzinger. Dedica-se a perseguir adeptos da Teologia da Libertação, como o frei Boff, condenado à ociosidade e ao silêncio por tempo indeterminado.

INTERESSES CAPITALISTAS

A ofensiva obscurantista do Vaticano harmonizou-se rapidamente com os interesses rapaces do capitalismo em sua fase imperialista. Naturalmente, por trás da ideologia ultraconservadora da Igreja estão interesses profundamente terrenos. Afinal, os investimentos do Vaticano no mundo ultrapassam um bilhão de dólares. O vil metal da Santa Sé está espalhado por empresas como a General Motors, IBM, Anaconda, Olivetti, Shell, Linhas Aéreas Alitalia, Columbia Pictures, CBS, First National City Bank, Banco Ambrosiano (envolvido em recente escândalo com a Máfia), além de extensas propriedades fundiárias em vários continentes. Um polpudo negócio que se estende por indústrias químicas, de cosméticos, de construção civil, e até mesmo na fabricação de anticoncepcionais (embora o papa condene relações sexuais que não tenham por fim único a procriação) e indústria de guerra. São capitais que não podem ser ameaçados por projetos libertadores — mesmo que estes partam do próprio seio da Igreja e não cheguem a assumir o socialismo científico (todos os teólogos da libertação fazem questão de negar o marxismo).

Apesar de condenar a participação do clero na política, o que levou a punir padres que integram o governo sandinista, João Paulo II não escondeu suas preferências pela candidatura de Ronald Reagan nas eleições ianques. Buscou até justificar o apoio de bispos ao Partido Republicano. Ao mesmo tempo, dá aval — chegando a promover a cardeal — ao chefe da Igreja em Manágua, dom Miguel Obando y Bravo (conhecido como “Dom Mike”, por seu vínculo com a política dos EUA e com os mercenários anti-sandinistas).

A dobradinha Wojtyla-Reagan não se forma impunemente. Os recentes protestos contra o papa na Holanda são apenas a ponta do iceberg do descontentamento que grassa entre setores cada vez mais amplos do catolicismo. Mesmo religiosos conservadores estão ficando indignados com os rumos pró-ianques do Vaticano. E a ala mais progressista já demonstra publicamente sua aversão ao reacionarismo de João Paulo II. O padre Cardenal denunciou que o Vaticano quer facilitar o trabalho do gigante Golias (os EUA) para destruir o pequeno Davi (a Nicarágua). E bispos brasileiros condenaram através da imprensa a punição de frei Boff. Um bispo considerou o silêncio imposto ao teólogo uma “provocação” e admitiu que os pobres “não têm voz, nem têm vez na Igreja”.

(Carlos Pompe)

Brasileiros homenageiam o comunista Enver Hoxha

Um emocionante ato em homenagem ao líder comunista albanês Enver Hoxha, um mês após sua morte, foi realizado no último dia 16 na Câmara Municipal de São Paulo. A mesa que dirigiu os trabalhos, comandada pelo jornalista Pedro de Oliveira, foi integrada por João Amazonas e Rogério Lustosa, dirigentes nacionais do Partido Comunista do Brasil; Antônio Neto Barbosa, dirigente estadual do PC do B; Vânia Ribeiro e José Reinaldo de Carvalho, presidente e diretor da Associação de Amizade Brasil-Albânia; Benedito Cintra, deputado estadual; e José Duarte, presidente do Centro de Cultura Operária. Os vereadores Wálter Feldman e Arnaldo Alves e inúmeros sindicalistas, líderes de entidades populares e estudantes prestigiaram a solenidade.

José Reinaldo fez um relato sobre a biografia de Enver Hoxha, salientando seu papel na direção da luta anti fascista e na construção do socialismo na Albânia, e a defesa destemida que fez do marxismo-leninismo no enfrentamento com os revisionistas contemporâneos. Em seguida, Vânia Ribeiro contou passagens de sua recente viagem à Albânia e o profundo respeito e a admiração do povo albanês em relação a Enver Hoxha. José Duarte não conteve as lágrimas ao relembrar a inestimável solidariedade que lhe foi prestada pelo Partido do Trabalho da Albânia e pela Rádio Tirana, quando sofria as bárbaras torturas nos cárceres do regime militar. Encerrando o ato, João Amazonas mal conseguiu finalizar, devido à forte emoção, seu pronunciamento sobre a importância e o papel histórico do grande líder albanês. Segue o depoimento de Amazonas:

“Neste ato prestamos a homenagem póstuma a um grande revolucionário, insigne patriota, renomado estadista, filho glorioso do povo albanês, que sustentou por longo tempo a bandeira invencível da revolução proletária.

“Nós, os comunistas, costumamos dizer que o povo é o construtor da História. Mas isto não significa que as personalidades não tenham nenhum papel de importância a desem-



Foto: Arquivo TO



Foto: César Diniz

A mesa que dirigiu a solenidade em homenagem ao líder albanês Enver Hoxha (foto pequena)

Chacina na Filadélfia, a justiça de classe ianque

Para desalojar 20 negros de uma casa de um bairro operário em Filadélfia, Estados Unidos, a polícia matou 11 pessoas (inclusive quatro crianças) e destruiu dois quarteirões de moradias. O secretário de Justiça dos EUA, Edward Messe, elogiou a chacina: “um bom exemplo de como se deve cumprir a lei”.

Os policiais lançaram uma bomba de explodir minas, de um helicóptero, na casa onde estavam os militantes do movimento Move. O resultado foi a destruição de 60 casas, 240 pessoas desabrigadas, um prejuízo de 5 milhões de dólares, além dos mortos e feridos. Uma operação de cerco e aniquilamento: foram encontrados três corpos baleados.

DEMOCRACIA SUJA DE SANGUE

A chacina da Filadélfia é apenas mais uma, da série de atentados da burguesia ianque

penhar. Todos os povos, nos momentos cruciais, destacavam seus chefes, seus dirigentes, seus homens de mérito e valor. Na Roma antiga, Spártaco, o valente líder dos escravos; na Inglaterra, Cromwell; na França dos fins do século XVIII, Robespierre; nos Estados Unidos, Lincoln; na época do socialismo, Vladimir Ilich Lênin, figura imortal da luta revolucionária pela libertação dos explorados e oprimidos. A Albânia deu também grandes homens: Scanderbeu, que sustentou combate prolongado e heróico contra as hordas otomanas; Ismail Qemal, o proclamador da independência do país, e esse homem simples, mas formidável, que desperta a admiração e o profundo respeito dos albaneses e dos demais povos, o camarada Enver Hoxha.

“Enver não nasceu predestinado, nem abençoado pelos deuses. Estudante e depois professor, jovem entusiasta que sonhava com a pátria livre, revelou no fogo da luta suas qualidades pessoais - e a qualidade maior: ser revolucionário. Não foi educado para soldado, general, estadista, líder eminente do seu povo. Mas tornou-se exatamente isso: soldado audaz, general intrépido e sábio, estadista insigne, líder eminente do seu povo e dos trabalhadores de todo o mundo.

“Dirigiu corretamente a luta revolucionária albanesa em todos os terrenos. E como? Atuando, examinando a cada momento o campo das batalhas e estudando a teoria marxista-leninista que dá a visão e segurança aos lutadores de vanguarda.

“Publicou muitos livros, um dos quais merece atenção especial: ‘Reflexões sobre a China’. Porque, lendo-o, compreende-se a maneira como formava o seu pensamento. Passo a passo, ponderando, exercitando a autocritica, chegando a conclusões bem meditadas, apoiadas em fatos reais. Foi assim que viu nascer a Nova Albânia e dirigiu a construção do socialismo que parecia impossível num país atrasado, pobre, cercado de inimigos.

“Pessoa simples, que despertava confiança desde o primeiro contato. Conversava ou discutia com simplicidade e clareza. Ouvia as opiniões dos outros e nunca deixava de dizer abertamente, francamente, o que pensava. Jamais impôs seus pontos de vista. Jamais ditou regras de comportamento a quem quer que fosse.

“Sempre que fui à Albânia, pude com ele conversar e lucrar muito nesses encontros. Ao nosso Partido, e a mim pessoalmente, dispensou particular atenção, manifestou grande espírito de cordialidade. Ainda o ano passado, por ocasião do 40º aniversário da revolução popular na Albânia, fui recebido por esse valeroso companheiro, já doente mas sempre combativo e clarividente. Não posso esconder a emoção que senti naquele momento. Enver sabia, e eu sabia também, que esse encontro era o encontro de despedida.

“Enver é um exemplo e um símbolo. Exemplo de abnegação, de coragem revolucionária, de persistência nos ideais que abraçava, de militante seguro e honrado do partido dos comunistas. É um símbolo de pertinácia na luta, de confiança no povo, de amor à pátria socialista, de internacionalismo conseqüente. Um símbolo de invencibilidade das idéias revolucionárias.

“Honra à sua memória! “Eterna saudade do camarada Enver!

“Nosso compromisso sagrado de ser fiel até a morte, como ele, à nobre causa do comunismo!”

aos que quisessem lutar contra a exploração. Na década de 60, os principais líderes do movimento radical Pantera Negra, que lutavam pelos direitos civis dos negros, foram caçados e eliminados a bala pela polícia. Bobby Seale, um dos fundadores do Partido Pantera Negra, escapou com vida. Mas foi processado por conspiração e agitação em Chicago e por assassinato em New Haven. A acusação de Chicago era tão injustificável que ele nem sequer conhecia seus “co-conspiradores”. No tribunal foi algemado, amordaçado e acusado de desacato à autoridade, ao exigir o respeito a seus direitos constitucionais.

São uns poucos casos que certamente o secretário Edward Messe considera exemplares “de como se deve cumprir a lei”. Mas que demonstram também a ferocidade da falsa democracia ianque contra o povo dos EUA.

Amazonas fala pelo PC do B

A Tribuna Operária ouviu o ex-deputado Constituinte e dirigente do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, sobre as novas questões que a legalização coloca para a luta dos comunistas:

TO — O que muda na vida do PC do B com essa nova situação, de ser um partido em legalização?

JA — Muda fundamentalmente o fato de que você pode expor, às grandes massas, sem os obstáculos da clandestinidade, as idéias que nós defendemos. Nossa aspiração sempre foi conseguir direitos democráticos para defender as nossas idéias abertamente.

Uma segunda questão que muda é que os métodos de atuação do partido têm de se adaptar. A maneira de tratar as questões, não só dentro do partido mas também para o grande público, tem que levar em conta a alteração verificada com o direito à legalidade.

Há mudança também com o aparecimento dos comunistas com sua fisionomia própria. Isto tem uma importância grande. Embora a legenda do partido já tenha um prestígio formado através dos tempos, de nenhuma forma se pode abstrair as pessoas. Depois de tantos anos de clandestinidade, o povo vai poder tomar contato direto com os comunistas, vê-los como eles são.

"As organizações de massas não devem ser departamentos de partidos políticos"

TO — Isto quer dizer que os comunistas que são parlamentares, líderes sindicais, estudantes, camponeses, tendem a atuar abertamente?

JA — Eu penso que sim. Nós devemos atuar abertamente, como partido, como membros e dirigentes do partido, para defender as nossas idéias.

Quanto aos problemas das organizações de massas, acho também que nós devemos ter uma atitude de respeito à democracia dessas organizações. Não é legítimo que os comunistas possam ser discriminados, por serem comunistas. Mas por outro lado não há necessidade de que os comunistas façam uma presença ostensiva na organização de massas, porque isso até certo ponto pode parecer uma imposição. Eu acho que a nossa atuação deve ser igual à dos outros membros das organizações de massas, cumprindo o nosso papel de defender aquilo que consideramos as idéias corretas, sem utilizar a nossa qualidade de comunistas e querer impor os nossos pontos de vista.

Caso contrário, nós iríamos acabar transformando as organizações de massas em departamentos estanques de partidos. E isso seria um mal.

TO — Esta é a segunda vez que o partido se legaliza; como você vê as semelhanças e dife-

renças entre os dois momentos, o de 1945 e o de 1985?

JA — A semelhança reside em que a legalização, em 1945 como hoje, se dá dentro de um clima de relativa democracia. E mais, uma democracia que surge em consequência da vitória sobre um regime tirânico. Em 1945 foi a decomposição do Estado Novo, agora é a decomposição do regime militar.

Agora, em 45 nós tínhamos um grande fator favorável às idéias novas — que era a vitória dos povos sobre o nazismo. E havia a União Soviética, que aparecia então como uma grande força libertadora.

Hoje nós temos uma situação assemelhada, mas que não é igual. Acho que o clima democrático obtido em 1945, até mais ou menos outubro, era muito mais avançado. Mas há ainda outra diferença. É que em 45 o povo não tinha alcançado nível de politização e de consciência de hoje. Hoje, este avanço da consciência popular aparece mesmo como a personalidade realizadora das transformações que levam à democracia. Eu acho que nisso a situação é mais vantajosa. Antes, o povo despertava. Agora, conquistou num processo de luta o fim do regime militar, de uma maneira aberta, com a participação de milhões de brasileiros.

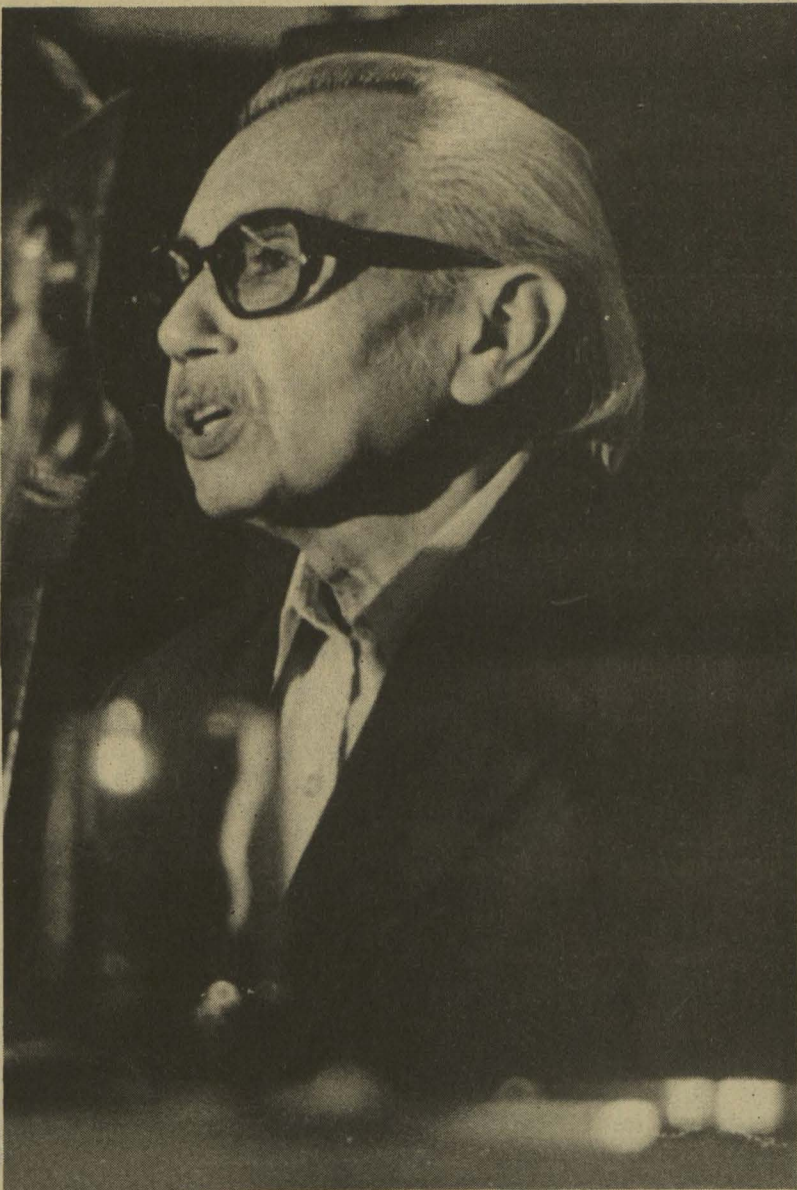
TO — Que tipo de mudanças há entre o programa e os estatutos publicados dia 23 no Diário Oficial e os que eram mantidos até agora?

JA — Eu acho que os documentos mantidos até agora são documentos válidos, no que diz respeito à análise e às soluções que apresentamos para os problemas — sobretudo aqueles que se referem ao 6º Congresso do partido, realizado em 1983, ainda na clandestinidade.

"Nosso partido é revolucionário porque quer mudar de forma radical o sistema"

TO — Como o PC do B conciliará sua natureza revolucionária com a vida dentro da legalidade atual?

JA — A própria palavra revolucionário às vezes adquire uma interpretação distorcida. Revolucionário é o antônimo de reacionário. Mas no Brasil, com toda essa propaganda anticomunista, quando se fala em revolucionário se pensa logo em insurreição armada. Isso é apenas um aspecto. O partido é revolucionário porque quer mudar de maneira radical o sistema existente no país, luta não pela preservação do capitalismo mas por uma nova formação econômico-social. Não é a



Amazonas: pelas coligações nas eleições para as capitais

forma de luta que define se ele é revolucionário. Isso é um problema das condições históricas, em que se deve adotar tais ou quais formas.

Esta é uma primeira questão. Agora, as dificuldades são as limitações muito grandes das leis que existem no país, para que o partido possa expor de uma maneira mais precisa, mais ampla, as suas idéias. Você imagina, chegaram a fazer uma lei, uma lei burguesa, que é um verdadeiro regulamento da organização dos partidos. Isso é um absurdo! Por exemplo, nós lutamos contra o chamado estatuto-padrão dos sindicatos, porque ele obriga a classe operária a se organizar de acordo com os interesses do Estado. Mas o Estado, hoje, impõe até no detalhe a organização dos partidos políticos. Isso, de fato, precisa ser liquidado.

TO — Isto significa que o PC do B teve de fazer concessões na maneira de se estruturar, para se adaptar a essa bitola da lei?

JA — Nas questões fundamentais nós não fizemos concessões. Não fizemos porque continuamos a defender as nossas idéias tais como elas são. O conteúdo é isso. Mas a forma é obrigada a se adaptar às questões da lei. E a lei é isso que estou dizendo, uma camisa-de-força, que está em contradição com o princípio da livre organização partidária.

TO — Como se manifesta, no processo de legalização, a disputa entre o PC do B e o

PCB pelo legado do partido fundado em 1922?

JA — Realmente criou-se uma situação negativa, marcante, no movimento comunista e operário mundial: o surgimento do revisionismo, em escala mundial, levou ao aparecimento de vários partidos. Em todos os países é grande a multiplicidade de partidos, sobretudo na esquerda ou no que se intitula de esquerda. Tem países onde você encontra quatro e às vezes cinco partidos comunistas, com as siglas mais diferentes.

Nós, defendendo o regime democrático, não reivindicamos de forma nenhuma que essas correntes de opinião sejam marginalizadas pela lei. Não nos opomos à existência do Partido Comunista Brasileiro e outros tantos partidos que se dizem comunistas no Brasil.

"Concretamente nós estamos requerendo a reorganização do partido de 1922"

Agora, se eles são verdadeiramente intérpretes da bandeira da transformação em profundidade do nosso país, isso é outra questão. No período de 1922 a 1962 existiu um único partido com este nome, comunista. Ali se deram também muitas lutas internas, mas resolvidas na esfera do Partido Comunista do Brasil. Porém no início de 62 a questão se agravou, porque surgiu um ou-

O registro no Tribunal

Um momento histórico: na tarde de 23 de maio, no gabinete do diretor geral do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília, Geraldo Costa Manso, os integrantes da Comissão Nacional Provisória do Partido Comunista do Brasil entregaram documento reorganizando o PC do B. Com esse gesto, abre-se a possibilidade de atuação livre do partido da classe operária.

João Amazonas, Dynéas Aguiar, Ronald Freitas e Péricles de Souza, em nome da Comissão Diretora Nacional Provisória, protocolaram o pedido de reorganização do PC do B, encaminhando o Manifesto à Nação (veja na página 4), a Declaração Programática e os Estatutos do Partido. Registraram também na oportunidade, 17 Comissões Diretoras Provisórias, instaladas no Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Amazonas, Pará, Maranhão, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Ceará e Paraíba.

João Amazonas destacou a importância do acontecimento, nesta etapa histórica em que o Brasil reconquista uma vida democrática. A reorganização do PC do B se dá com base no artigo 6º da Emenda Constitucional número 25, recentemente aprovada no Congresso Nacional.

O registro do Partido Comunista do Brasil é o de número 1.280, de 31 de maio de 1922, realizado no Cartório do 1º Ofício do Rio de Janeiro. Logo colocado na ilegalidade, o Partido voltou a apresentar seu registro provisório, de acordo com a Resolução 285 de 27 de outubro de 1945 do TSE; e o registro definitivo de acordo com a Resolução 324 de 10 de outubro de 1945. Mas os inimigos da liberdade voltaram a atacar a organização política do proletariado e a Resolução 1.841 de 7 de maio de 1947 cancelou, novamente, o registro no PC do Brasil, que só agora consegue novamente aparecer legalmente à luz do dia.

Dezenas de simpatizantes do PC do B presenciaram o momento em que a Comissão Diretora protocolou no TSE a documentação do Partido. Os deputados federais Haroldo Lima (BA), Aurélio Peres (SP), Aldo Arantes (GO) e José Luiz Guedes (MG) acompanharam os dirigentes comunistas. Repórteres de jornais e tevês documentaram o episódio.

tro partido, o Partido Comunista Brasileiro, e ele tratou de esquecer e apagar da lembrança de seus militantes tudo aquilo que tinha cheiro de revolucionário. De maneira que, hoje, não só o Partido Comunista Brasileiro, mas outras forças argumentam que o patrimônio pertence a eles, etc. Mas na minha opinião a questão está em ver em torno do quê se travou a luta no Brasil. O patrimônio do partido é constituído por quê? Por fatos que não são simples episódios políticos, mas acontecimentos ligados ao processo revolucionário brasileiro.

Eu penso que essa questão de querer reivindicar o legado se deve ao fato de que o socialismo adquiriu prestígio, de que as idéias do marxismo-leninismo ganham a consciência das massas, diante da convulsão geral do sistema capitalista. Isto leva a que muitas organizações passem a reivindicar o título de socialistas, de comunistas.

Quanto a nós, nos consideramos continuadores do Partido Comunista do Brasil. Nós estamos requerendo, concretamente, a reorganização do partido. Não fizemos nenhuma demarcação para legalizar o partido enquanto existiu o regime militar. Depois da vitória do povo brasileiro, em 15 de janeiro e 15 de março, vimos que ainda estavam predominando as leis antigas e a questão estava colocada em termos de fundar um novo partido. Nós não aceitaríamos esta questão. Mas entendo que este mês o Congresso Nacional tomou uma atitude democrática e correta, estabelecendo, em termos muito claros, na Emenda Constitucional, que existe não somente o direito de fundação, mas também de reorganização de partido que tivesse cancelado o seu registro eleitoral. Precisamente isso nos permitiu ingressar com o nosso Programa, Manifesto e Estatutos, como reorganizadores do Partido Comunista do Brasil. Não queremos negar o passado, nem interrompê-lo.

"Penso que nas eleições as nossas posições no mínimo vão ser triplicadas"

TO — A Emenda Constitucional também permite a participação e inclusive a apresentação de candidatos pelos partidos em organização nas eleições municipais deste ano. Como o PC do B vai se comportar nestas eleições?

JA — Neste embate eleitoral as questões ainda estão muito limitadas, porque ele se relaciona exclusivamente com o Poder Executivo. Os partidos em formação podem lançar candidatos próprios, mas sem possibilidade de alcançar êxito nesse tipo de eleição, nas capitais dos Estados. Aí é um problema de conveniência política, de procurar ver qual a sua força eleitoral, se a eleição for em dois turnos.

Em princípio, pensamos que o melhor ainda é nos aligarmos a outras forças para eleger elementos avançados. Apareceríamos, mas em coligação, que a lei permite, e não com candidatos próprios, para competir — o que ao invés de ajudar a vitória do melhor candidato, fazer propaganda, etc., acabaria podendo trazer prejuízos ao melhor resultado. Nós pensamos assim, nas capitais, a não ser que apareça um caso excepcional. Nós reconhecemos a possibilidade de exceção, mas em geral devemos como partido legal marchar coligados, apoiando candidatos que não são comunistas.

TO — Setores de direita têm dito que a legalidade é até boa, para se saber quem são os comunistas e constatar que eles são poucos. Qual a sua expectativa quanto ao desempenho político e eleitoral do partido?

JA — A influência do nosso partido cresceu muito, em todo o Brasil. Eu não tenho a menor dúvida. Com todas as restrições que existiam por aí, comunistas conseguiram ser eleitos, através de outras legendas, alcançando resultados relativamente bons nas últimas eleições.

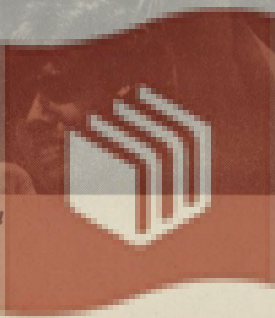
Penso que nas próximas eleições gerais as posições que nós conquistamos em 82 serão no mínimo triplicadas. No mínimo. Podem surgir fatores mais positivos, ou menos. Mas na minha opinião, triplicar é o mínimo.

Isto pode gerar, nesses setores reacionários, o medo do crescimento dos comunistas, o pavor do apoio que o partido vai tendo. Mas isso é bobagem. A gente tem que ver a sociedade como ela é. Democracia é isto.

Eu acho que no Brasil vão crescer muitos partidos que são pequenos hoje e amanhã podem ser grandes. E muitos partidos que são grandes hoje podem se tornar médios e até pequenos. Isto deve ser respeitado. Nós também não pensamos tomar conta do mundo em 24 horas. Entendemos que é preciso solidificar as idéias da democracia em nosso país, sustentando a defesa de um regime de



O PC do B, presente na Praça dos Três Poderes, comemora junto com o povo a chegada da Nova República



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

MANIFESTO DO PC do B

No último dia 23 o Partido Comunista do Brasil deu entrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o pedido de sua reorganização. No processo de legalização os comunistas solicitam que seja suspensa a cassação de seu registro — feita arbitrariamente em 1947 pelo governo Dutra. Ao mesmo tempo, o PC do B encaminha os Estatutos, adaptados às exigências legais, o manifesto de reorganização e uma declaração programática.

No programa apresentado, o partido faz uma análise científica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mantém os princípios básicos já defendidos no documento lançado em 1962, por ocasião da ruptura com os revisionistas, e avança na formulação do caminho para se alcançar o socialismo. O texto conclui: “Defensor resolutivo do socialismo, que é o futuro inevitável da nossa pátria, o Partido Comunista do Brasil julga que a luta pela realização das idéias contidas neste programa tornará viável e mais próxima a passagem do Brasil ao novo estágio do desenvolvimento social”.

Foram indicados para compor, a Comissão Diretora Nacional Provisória do PC do B: João Amazonas, Dynéas Aguiar, José Renato Rabelo, Rogério Lustosa, Ronald Freitas, José Duarte, Elza Monnerat, Péricles de Souza, Maria do Socorro Moraes Vieira, João Batista Lemos e Alanir Cardoso.

Publicamos abaixo a íntegra do Manifesto à Nação lançado pelos comunistas:

Brasileiros! Trabalhadores!

Reaparece no cenário político defendendo a sua legalização o Partido Comunista do Brasil. Dirige-se à nação, em particular aos trabalhadores das cidades e dos campos, expondo suas idéias e pedindo apoio e colaboração para o programa democrático e progressista que sustenta.

Fundado em 1922 e reestruturado em 1962 a fim de preservar sua continuidade como partido revolucionário da classe operária, agrupou milhares de aderentes e editou, desde 1925, A CLASSE OPERÁRIA como órgão central do Partido, jornal que voltou à circulação legalmente, sob a direção de Maurício Grabois, no período de março de 1962 a março de 1964.

Durante sessenta e três anos, enfrentando dificuldades e perseguições de toda ordem, o Partido Comunista do Brasil tem lutado conseqüentemente por ideais democráticos e patrióticos e erguido em nosso país a gloriosa bandeira do socialismo, bandeira de redenção dos explorados e oprimidos, dos injustiçados e menosprezados por um regime que privilegiava os interesses dos poderosos contra os legítimos anseios da imensa maioria da população.

O Partido Comunista do Brasil sempre esteve nas linhas de frente das mil batalhas travadas pelo nosso povo em prol da liberdade, da democracia, do direito à livre organização

dos operários, dos camponeses, das massas populares. Colocou-se decididamente ao lado do proletariado na luta por seus direitos e conquistas sociais. Pelejou ombro a ombro com os camponeses reclamando a terra para os que nela trabalham e opondo-se firmemente à grilagem. Junto com os crentes de todas as religiões defendeu e alcançou a liberdade de culto religioso consignada na Carta Magna de 1946. O partido dos comunistas tomou parte ativa em memoráveis campanhas e movimentos progressistas que marcaram época na história da nossa pátria. Foi pioneiro da luta pela reforma agrária, do combate à espolição imperialista, da denúncia vigorosa do fascismo que ameaçava a humanidade da volta à barbárie. Lançou o movimento antifascista e nacional-libertador de 1935. Incentivou a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e contribuiu grandemente na mobilização popular em favor do esforço de guerra do Brasil para derrotar o nazismo. Pleiteou a instalação da siderurgia nacional, necessária ao desenvolvimento da indústria brasileira. Reclamou, em 1945, a convocação da Assembleia Constituinte par enterrar em definitivo o malfadado Estado Novo fascista. Exigiu a retirada das bases militares norte-americanas do Nordeste. Foi força motriz da campanha de O PETRÓLEO É NOSSO que abriu promissora perspectiva ao país. Clamou contra a en-



Ato pela legalidade do PC do B no 63º aniversário do partido, em março no Pacaembu, São Paulo

trega das riquezas naturais cobçadas pelos monopólios estrangeiros, demandou a defesa da Amazônia. Nas duas últimas décadas, o Partido Comunista do Brasil, sem medir sacrifícios, batalhou lado a lado com as forças democráticas na resistência muitas vezes heróica, como no Araguaia, ao regime militar. Esteve presente na luta pela anistia geral e irrestrita. Participou largamente da grande mobilização do povo brasileiro em prol da eleição direta e imediata do presidente da República e pela vitória do candidato único das oposições, mobilização que conduziu à derrocada do sistema arbitrário implantado em 1964.

E porque assim atuou, mereceu o apoio de amplas massas e o respeito dos setores democráticos e patrióticos. Em 1945, na legalidade, chegou a registrar duzentos mil militantes. Levou ao Parlamento 14 deputados e um senador. No pleito de janeiro de 1947, sob regime constitucional, consagrou-se como o primeiro partido da Capital Federal, elegendo 18 representantes à Câmara dos Vereadores composta por 50 membros. Constituiu maioria em várias Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Elegeram o primeiro prefeito proletário numa grande cidade, como Santo André, em São Paulo. Temendo esses sucessos significativos e o crescente respaldo popular, o governo reacionário do general Eurico Dutra exigiu o cancelamento do registro do

Partido Comunista do Brasil sem qualquer argumento válido que justificasse aquele ato fascista.

O Partido Comunista do Brasil teve grandes êxitos, muitos acertos, que é o principal em sua trajetória política e revolucionária. Também cometeu erros, manifestou em certas ocasiões estreiteza em sua atividade ou amplitude desligada dos objetivos da classe que ele representa. Acumulou valiosíssimas experiências e avançou na formação teórica, política e ideológica. Em momento algum desmentiu as razões que determinaram a sua aparição no cenário nacional em 1922. Não se deixou abater mesmo quando traído por uma direção oportunista, revisionista, com Prestes e Giocondo Dias à frente. Reuniu forças suficientes para reestruturar-se e manter-se vivo e atuante defendendo os princípios imortais do socialismo científico.

O Partido Comunista do Brasil foi sempre o alvo preferido do ataque raivoso das correntes e setores reacionários e obscurantistas. Quantas vezes tem sido caluniado! Acusaram-no de tudo aquilo que constitui o substrato do pensamento e da ação das classes e segmentos sociais retrógrados. Nunca se opôs aos direitos da pessoa humana, bem ao contrário: não foram os comunistas que implantaram a tortura sistemática nos interrogatórios policiais, que cometeram as maiores infâmias contra presos e adversá-

rios políticos. Em tempo algum atuou em oposição ao regime democrático, bem ao contrário: não foram os comunistas que submeteram pela força o país a vinte e um anos de opróbrio e arbítrio de cunho fascista. Jamais se manifestou contra o pluralismo partidário no Brasil, bem ao contrário: não foram os comunistas que dissolveram os partidos políticos em 1937 e, depois, em 1965, criando artificialmente dois únicos partidos — a ARENA e o MDB. Em nenhuma oportunidade o Partido Comunista do Brasil admitiu a interferência de governos estrangeiros em nossa pátria, bem ao contrário: não foram os comunistas que abriram de par em par as portas do país ao capital estrangeiro neocolonialista, que pregaram a tese do “tudo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, que realizaram acordos vergonhosos permitindo a entidades internacionais, como o FMI, fiscalizar e controlar a política econômico-social do governo!

O Partido Comunista do Brasil é um partido essencialmente democrático e patriótico. Suas palavras correspondem aos seus atos, sua concepção política harmoniza-se com a ciência social mais avançada. São os interesses da pátria, do povo trabalhador, do florescimento da cultura e do progresso da nação que inspiram a sua orientação e atividade política.

Brasileiros Trabalhadores

Ao retomar o caminho de legalidade, sempre almejado por seus militantes, o Partido Comunista do Brasil vem de público afirmar o que persegue na fase atual da vida brasileira:

Quer a instauração de um regime efetivamente democrático que ponha fim às discriminações e preconceitos reacionários, assegure o direito de livre organização e participação do povo na vida política nacional, garanta eleições diretas pelo sufrágio universal e secreto em todos os níveis.

Quer o término da subordinação do país ao capital estrangeiro que tantos males acarreta ao nosso povo e, por isso, defenda a suspensão do pagamento da dívida externa e dos juros escorchantes como forma de vencer as dificuldades e a crise que o Brasil enfrenta.

Quer o respeito à soberania e à independência nacional, o desenvolvimento econômico independente que possibilite o progresso efetivo do país em benefício do povo.

Quer a reforma agrária antilatifundiária que assegure terra e trabalho, apoio e assistência às imensas massas camponesas privadas atualmente dos meios essenciais de subsistência.

Quer a melhoria imediata da qualidade de vida da população, o fim do

desemprego, a redução da jornada semanal de trabalho, a autonomia e a liberdade sindicais, a defesa do poder aquisitivo dos salários.

Quer a liquidação de toda a legislação arbitrária e a dissolução dos órgãos repressivos criados pela ditadura, como condição prévia à convocação da Assembleia Constituinte livre e soberana para elaborar uma Carta Magna moderna e democrática.

Quer consolidar a vitória da democracia alcançada com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney e avançar no rumo das mudanças de profundidade reclamadas pela nação.

Quer a ampla união do povo brasileiro, em particular da classe operária como base da unidade popular, indispensável à realização das grandiosas tarefas que se colocam na ordem do dia e à conquista de um Governo Democrático e Popular.

Quer, finalmente, aproximar a perspectiva socialista, pois somente o socialismo libertará todas as energias nacionais e populares recalcadas pelo atual sistema reacionário, superará as contradições básicas da sociedade brasileira, construirá uma vida nova, próspera e feliz para o nosso povo.

Brasileiros! Trabalhadores!

Eis, em resumo, o que pretende o Partido Comunista do Brasil.

Vivemos um grande momento da existência nacional. Embora o primarismo das forças reacionárias e a montanha de dificuldades a vencer, já se pode vislumbrar o futuro que espera a nossa pátria, futuro de liberdade, progresso, verdadeira independência, congraçamento da maioria da nação ansiosa de livrar-se da pobreza, da ignorância, do atraso, da submissão aos monopolistas e banqueiros internacionais.

Assim pensando, o Partido Comunista do Brasil abre suas portas aos trabalhadores (principalmente aos operários), aos camponeses, aos estudantes e professores, aos artistas e intelectuais, aos técnicos e profissionais liberais, aos jovens e às mulheres das camadas populares. Vinde ajudar-nos a dirigir a complexidade da luta emancipadora, a despertar a consciência nacional! Vinde formar conosco o contingente de vanguarda do glorioso combate pelo progresso social!

Viva o Brasil independente, democrático e progressista!

São Paulo, 19 de maio de 1985



Banca recolhe assinaturas contra a cassação do registro do partido em novembro de 1947 em São Paulo



Quer a melhoria imediata da qualidade de vida da população, o fim do

Quer a documentação e memória da luta da classe operária

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Avançar na aliança

O congresso da Contag que se realiza nestes dias em Brasília recoloca na ordem do dia a importante discussão em torno da aliança operário-camponesa. Para o proletariado a questão chave é adotar uma conduta que fortaleça o aspecto do camponês como trabalhador, reforçando a união das duas classes contra a exploração capitalista.

INTERESSES COMUNS

Lênin coloca o problema com muita precisão. Ele assinala: “Os camponeses são uma classe especial. Como trabalhadores, são inimigos da exploração capitalista, mas são, simultaneamente, possuidores de propriedades”. Mais adiante ele explica que o camponês é um trabalhador “porque ganha o seu pão com o suor de seu rosto, porque é explorado pelos proprietários de terras, capitalistas e outros”. Por outro lado, o camponês se aproxima da burguesia, como comerciante especialmente, “porque vende trigo, que é um artigo de primeira e absoluta necessidade”.

No Brasil, a orientação geral que aproxima os trabalhadores da cidade e do campo é a luta pela reforma agrária, que tenha como alvo o monopólio da propriedade da terra, o fim do latifúndio, a garantia do acesso e da posse da terra a todas as famílias camponesas — nas áreas onde elas moram e não com deslocamentos para regiões longínquas e inadequadas, como tentavam fazer os planos de colonização dos generais.

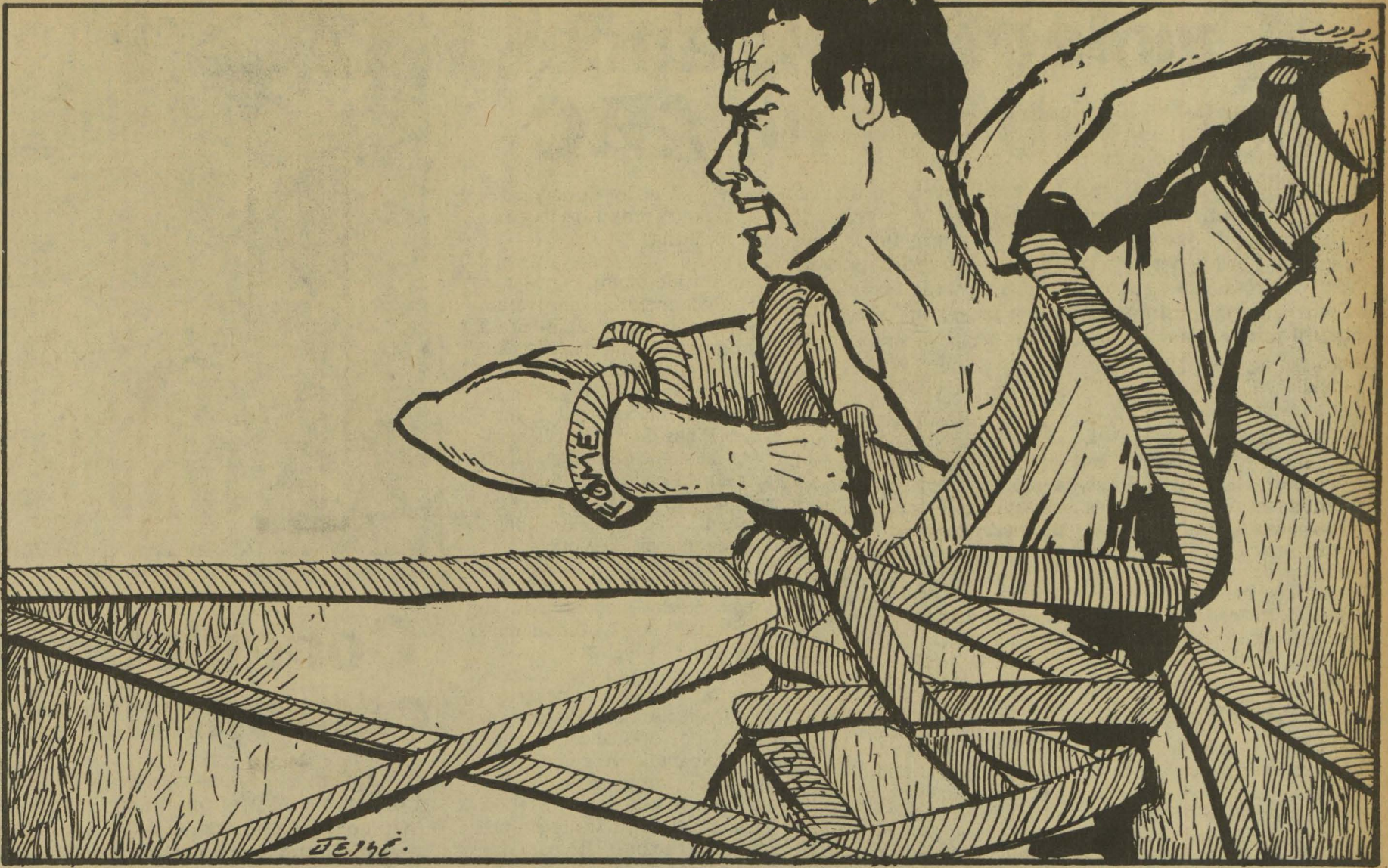
Os operários têm grande interesse nesta batalha pois isto lhes possibilitará de imediato a produção de alimentos em melhor quantidade e qualidade e por melhores preços, e criará imensas possibilidades de desenvolvimento industrial do país. Os assalariados agrícolas também ganharão nestes aspectos, além de obter melhores condições de trabalho e mais oportunidades de emprego. Os camponeses pobres, com pouca ou nenhuma terra, obviamente serão os beneficiados mais diretos. Mesmo os camponeses médios, com certos recursos e até os ricos — que de qualquer modo sofrem pressão dos latifundiários e dos grandes grupos econômicos — terão muito a ganhar com o avanço da reforma agrária.

RUMO AO SOCIALISMO

A aliança operário-camponesa terá dobramento inevitável no sentido de transformações mais profundas, rumo ao socialismo. Haverá certamente, neste processo, uma diferenciação entre os camponeses. Mas a imensa maioria marchará junto aos operários. Em relação a isto é Lênin também que assinala: “Se a organização proletária mostrar ao camponês que a ordem é correta, que a distribuição do trabalho e do trigo é correta, que se tem o máximo cuidado com cada quilo de trigo e de carvão, que nós, trabalhadores, por meio da nossa disciplina de camaradagem e de cooperação conseguimos realizar tudo isto, que lutamos por meios violentos só para defender os interesses do trabalho, tirando o trigo ao especulador mas não ao trabalhador, e que entramos em acordos com o camponês médio, com o camponês que trabalha, que estamos prontos a dar-lhe tudo o que pudermos neste momento — se o camponês vir tudo isto, então sua aliança com a classe operária, a sua aliança com o proletariado será indestrutível, e é nesse sentido que estamos caminhando”.

DUAS LINHAS

Desde a década de 1930 o movimento operário, através de seu partido comunista, levanta a bandeira da reforma agrária. Agora também é o proletariado que aponta a linha revolucionária desta luta, em confronto com as perspectivas reformista que contornam a questão deixando a salvo a estrutura agrária baseada no latifúndio. (Rogério Lustosa)



Restrições aos comunistas na Lei Orgânica dos partidos

“É livre a criação de partidos políticos” — diz o artigo 151 da Constituição, de acordo com a emenda aprovada no Congresso Nacional no último dia 7. Mas, logo a seguir, consta: “A lei federal estabelecerá normas sobre a criação, fusão, incorporação, extinção e fiscalização financeira dos partidos políticos e poderá dispor sobre regras gerais para a sua organização e funcionamento”. Ou seja, é livre... mas não muito.

Na lei orgânica, que trata do assunto, vem então um verdadeiro regulamento — quase um Estatuto Padrão, como existe para os sindicatos — interferindo arbitrariamente no conteúdo da organização que se legaliza. A nova lei, em discussão na Comissão do Entulho, e que deve ser aprovada a curto prazo, é bem mais branda do que a antiga — que vigorava até a data da emenda constitucional. Mas mesmo assim, ao que tudo indica, manterá uma série de restrições — principalmente aos comunistas — de caráter nitidamente antidemocrático. No fundo o que se nota é a intenção de confinar todos os partidos aos moldes burgueses e parlamentares.

Os partidos operários tradicionalmente estruturam-se das bases até o Comitê Central numa organização onde imperam a disciplina consciente e a centralização com base na democracia — a própria denominação de Comitê Central é de acordo com esta idéia. Visam com isto assegurar a participação do coletivo na formulação da política e o máximo de unidade na ação prática. A lei não respeita esta concepção e tenta impor órgãos de direção de caráter federativo e abertos a participação proporcional de setores com opiniões distintas, como ocorre nos partidos das classes dominantes, onde cada cacique tem o seu “feudo”.

Não basta a atividade no Parlamento

Além disto, a legislação coloca as bancadas parlamentares com tal destaque que os seus líderes fazem obrigatoriamente parte das Comissões Executivas — mesmo que não tenham sido escolhidos pelas Convenções respectivas. E, quando bem entender, a bancada pode convocar o Diretório para tratar de assuntos do seu interesse. Isto está de acordo com a concepção das classes dominantes, que consideram acima de tudo a atividade parlamentar, uma vez que é lá onde os seus representantes aparam as arestas e tratam de adaptar o funcionamento

do capitalismo às exigências da sociedade.

Para os oprimidos, que julgam superado este sistema de exploração e que têm como programa o socialismo, impõem-se, além da atividade parlamentar, outras formas de luta, capazes de mobilizar amplamente as massas para alcançar seus objetivos. Precisam, portanto, organizar-se diferentemente dos partidos burgueses parlamentares. Precisam construir organismos de base profundamente enraizados nas fábricas, nas fazendas, nas escolas, nos bairros e povoados. Seus membros não são meros filiados, muitas vezes manipulados pelas cúpulas partidárias, mas devem militar de fato em seus locais de trabalho e de moradia.

A necessidade desta organização das bases, e da atividade de massas, ficou evidente, por exemplo, na campanha das diretas-já. A simples atividade parlamentar revelou-se insuficiente até para forçar uma emenda constitucional devolvendo ao povo o direito de votar. As multidões nas ruas é que se impuseram para quebrar a arrogância dos generais. Com muito mais razão se compreende a importância de não se restringir ao parlamentarismo quando o que está em pauta é construir um novo sistema social.

Não é por acaso, portanto, que, quando o povo saiu às praças, nem a repressão da ditadura, nem a visão exclusivista que ainda se manifestou no seio da oposição foram suficientes para impedir que o Partido Comunista do Brasil revelasse um grande vigor, marcando com destaque a sua presença no cenário político nacional.

Até afastar os corruptos fica difícil

Mas não ficam aí as restrições. Até mesmo o direito de afastar de suas fileiras os elementos indesejáveis, que atuam contra o programa e a política partidária, ou que ferem os seus princípios morais, é limitado pela lei. Veja-se o caso acintoso de Jacob Lopes, expulso do PMDB paulista por corrupção e que teve como prolon-

gar a sua permanência neste partido, apoiado em recursos à Justiça. É mais do que patente a intromissão do poder estatal no direito de livre organização partidária.

Também na escolha da direção dos partidos, o “regimento” legal fere a autonomia de cada organização. E isto se torna mais grave pois e refere aos órgãos incumbidos de traçar a política e orientar o conjunto dos militantes na luta diária. Porque pela lei orgânica — e a tendência da “Comissão do Entulho” é manter esta norma — um grupo minoritário, que discorde das orientações partidárias, tem o direito de se fazer representar proporcionalmente nos Diretórios, desde que obtenha um mínimo de 20% dos votos nas Convenções. Ou seja, a minoria fica na prática com a possibilidade de emperrar o funcionamento da direção e com isto boicotar a aplicação da política decidida coletivamente.

Nos partidos que têm o caráter de frente, como os atuais que atuam legalmente, e principalmente como o PMDB por imposição da própria ditadura, é lícito que as diversas correntes abrigadas na sua legenda sejam contempladas. Mas não se pode impor a todos os partidos este caráter de frente. Os próprios políticos reconhecem que o Partido Comunista é diferente — faz parte do tipo de partido que eles denominam “ideológico”. Para que o proletariado possa agir com firmeza, é indispensável contar com um instrumento afiado, que se apóie na unidade de pensamento e de ação. Tentar introduzir no seu interior frações minoritárias que, contra a vontade coletiva da organização, tentem se impor como parte da direção, é uma atitude antidemocrática.

A disciplina num partido deve ser voluntária. Ninguém é obrigado a se filiar neste ou naquele agrupamento. Quem não aceita se submeter às normas de determinada organização, tem todo o direito de não se filiar a ela. Mas não tem o direito de, ao se filiar, sabotar o seu funcionamento.

A lei, para garantir a liberdade, teria de reconhecer o direito de cada partido organizar-se como melhor entendessem os seus militantes, e não determinar que seja desta ou daquela forma. A insistência nestas restrições equivale a um esforço para impedir que o proletariado construa legalmente a sua organização política. Ou pelo menos a uma tentativa de enfraque-

cer a sua unidade. Isto mostra a necessidade de se aprofundar a luta para varrer o lixo autoritário e avançar para transformações mais profundas reclamadas pelo povo. Inclusive no terreno da liberdade de organização partidária.

Os operários fazem política abertamente

A legislação obriga ainda que as votações para as direções e para os candidatos a cargos eletivos sejam secretas. Argumenta-se que o voto secreto é uma grande conquista democrática. Certo. Mas para proteger o cidadão contra as pressões do Estado, do governo, dos grupos econômicos, dos seus patrões. Foi uma conquista indispensável para permitir que cada um manifestasse nas urnas a sua oposição ao poder estabelecido, sem sofrer perseguições. Num partido, onde os trabalhadores se unem por objetivos comuns, é importante que as coisas sejam às claras. Não existe motivo para que alguém oculte sua posição. Pelo contrário, para que todos possam exercer um controle mútuo, para que a crítica e a autocritica sejam francas, as opiniões e os votos devem ser públicos. O único motivo para que alguém se esconda num partido de operários, é a intenção de minar a sua unidade e criar obstáculos para a aplicação de sua política revolucionária. Se, por outro lado, nos partidos das classes dominantes existe a necessidade de manter o voto secreto para proteger os filiados dos caciques que dominam as direções, isto é problema interno destas legendas, não pode ser imposto como regra a todos.

Condição para a Constituinte ser democrática

Durante 21 anos os generais trataram de estrangular a liberdade. Agora, no alvorecer da Nova República, constata-se que ainda existem os que pretendem a remoção do arbítrio “de colherzinha”. Alguns que já dispõem de legendas temem perder espaço se outras forças puderem se organizar livremente. Outros, talam mudanças, contudo não conseguem esconder o temor de que os trabalhadores também tenham opiniões sobre o que deve ser mudado e quem organizadamente para transformar a sociedade. (Rogério Lustosa)

as restrições ao partido dos comunistas.

Alguns chegam a argumentar, como paliativo, que na Constituinte se avançará mais. Embora seja certo pensar que a Constituinte tenha condições de ir mais longe, é condição básica, para que esta assembléia seja de fato livre e soberana, que seja removido urgentemente o maior número de obstáculos existentes para a organização e manifestação do pensamento. As correntes políticas só terão como defender seus programas se estiverem estruturadas em partidos políticos. Sem isto o futuro da Constituinte estará irremediavelmente comprometido.

Apesar das restrições existentes, os comunistas farão todos os esforços para alcançar a legalidade. Compreendem que esta conquista é da maior importância para que possam expor amplamente aos brasileiros as suas opiniões e propostas políticas. Sabem que, para isto, terão de agir com flexibilidade. Mas lutarão contra todas as restrições. E não estão dispostos a abdicar de seus princípios.

O movimento popular e democrático conquistou uma grande vitória contra os generais. Os comunistas apareceram no curso desta batalha como uma força democrática, convivendo com todas as correntes na luta contra o regime militar. As normas até então vigentes, que impediam a legalização do Partido Comunista do Brasil, revelaram-se a todos como instrumentos obsoletos, que precisavam ser derubados. E o foram. Porém entre as regras da ditadura e as aspirações de liberdade dos trabalhadores existe uma estrada ainda com muitos obstáculos.

Esta realidade aparece com evidência na atual batalha por uma lei orgânica dos partidos que não tenha o caráter intervencionista — como a anterior e como ainda pode ter a nova, apesar de suavizada. O motor desta mudança continuará sendo a mobilização popular, sendo que os parlamentares mais progressistas podem contribuir muito em seu andamento.

Ao mesmo tempo em que toma providências imediatas por sua legalização, adaptando seus documentos às exigências legais, o PC do B convoca todos os trabalhadores e todos os democratas para o esforço comum de construir uma Nova República de fato nova, onde todas as restrições ditatoriais sejam atiradas na lata do lixo. (Rogério Lustosa)

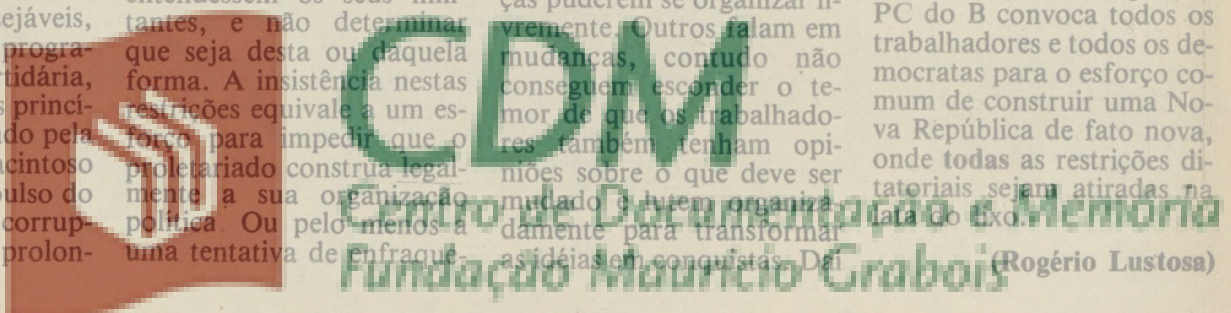
DE OLHO NO LANCE

O bedelho do SNI

“As greves ameaçam a ordem pública” — adverte, de dedo em riste, o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI.

A primeira pergunta que ocorre aos brasileiros é: “O que tem a ver o SNI com a ordem pública?”. Isto é assunto dos poderes constituídos, no qual os generais não devem meter o bedelho. Durante 21 anos a ditadura tratou os movimentos grevistas como caso de polícia — e o SNI agiu sempre como órgão policial — para sufocar os direitos e arrochar os salários dos trabalhadores. Nestas duas décadas de intervenção militar nos mais diversos assuntos da vida nacional, o que se constatou foi a completa subversão da ordem pública e a mais deslavada violação da segurança nacional, atrelando a economia nacional aos ditames do FMI.

O falecido presidente Tancredo Neves já havia assinalado que o SNI se transformara num instrumento policialesco, em desacordo com a Nova República. Mas o general Ivan teima em se fazer de polícia, engrossando as pressões reacionárias para sufocar as greves dos trabalhadores. Isto só vem confirmar a opinião dos democratas mais consequentes de que é urgente pôr fim ao SNI pois sua existência é incompatível com a democracia. O direito de greve não pode depender das discussões nos quartéis.



A violenta vingança dos patrões no ABC

As multinacionais montadoras de automóveis deram nesta semana uma nova e furiosa investida contra a greve dos metalúrgicos de São Bernardo, que no momento se limita apenas à Ford e Volks, com 40 mil operários parados. Além de prosseguir as demissões dos ativistas das fábricas, os patrões divulgaram sua "última proposta" - uma verdadeira provocação!

"O Sindicato se compromete a não se utilizar de qualquer tipo de greve (...) O presente acordo vigorará por dois anos (...) Ele só é válido se aceito no total do seus itens". Estas são algumas das imposições existentes no acordo que a Sinfavea (Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares) propôs ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, no ABC paulista.

FORTE PRESSÃO

Ou seja: a proposta patronal mais se parece com uma camisa-de-força contra o movimento operário e sindical. Em termos de concessões aos grevistas, os empresários apresentaram bem pouco: a redução da jornada de trabalho, de 48 para 44 horas semanais, se fará durante dois anos; a produtividade é de 5%; e a reivindicação da trimestralidade será discutida após a assinatura do acordo. Os patrões ainda incluíram na proposta a manutenção da rotatividade no setor e a intensificação das horas-extras, "onde se torne necessário para suprir a produção".

Por outro lado, para obri-

gar os operários a aceitarem esta provocação, as multinacionais intensificaram a pressão nas empresas. Até quarta-feira, dia 22, já haviam sido demitidos 2954 metalúrgicos — "na grande maioria, as lideranças sindicais, a nata da categoria", garante a diretoria do Sindicato. E, segundo ameaças de Jacy Mendonça, vice-presidente da entidade patronal, "caso a greve continue, prosseguirão as dispensas dos ativistas, numa média de 100 por dia".

Nas duas fábricas paralisadas, Ford e Volks, a repressão é violenta. A multinacional americana suspendeu boa parte dos integrantes da Comissão de Fábrica e demitiu vários cipeiros, que por lei têm estabilidade no emprego. Já a Volks proibiu a entrada dos membros da Comissão na empresa, além de acionar toda a chefia e segurança para pressionar os operários.

Na porta destas empresas desenvolve-se uma verdadeira guerra: de um lado, os diretores do Sindicato conclamam os operários a se manter parados no interior das firmas; de outro, potentes auto-falantes das empresas convocam os empregados a retornar ao tra-

balho, fazendo demagogia e divulgando propostas ilusórias de melhorias.

A forte pressão patronal tem surtido efeito. Na Mercedes, os operários aprovaram na assembléia de terça-feira a continuidade da paralisação; mas a tarde retornaram ao trabalho. Na Brastemp, na segunda-feira, ocorreu o mesmo. E nas duas fábricas paradas há sinais de fadiga. "Nós estamos isolados. Só duas empresas não farão os patrões cederem", raciocina um operário da ala seis da Volks.

AVALIAR A LUTA

Diante desse quadro, a assembléia dos metalúrgicos, na noite do dia 22, tomou duas posições. Primeiro: o Sindicato não assinará o acordo proposto pelos empresários, "pois ele nos obriga a ficar calados por dois anos, levando as chibatadas dos patrões". Segundo: caso se note o enfraquecimento da greve na Volks e na Ford, o Sindicato proporá o seu fim imediato para que ele ocorra de forma organizada.

O movimento grevista de São Bernardo inicia agora uma fase de avaliação. No dia 22, a "operação vaca-brava" completou 42 dias de mobilização (dentro desta tática, ora umas empresas estiveram paradas, ora outras). Neste período foram feitos 68 acordos em separado com as empresas, beneficiando 17.664 operários, de um total de 110 mil existentes na base. Mas as grandes montadoras de automóveis, que concentram mais de 50% da categoria, quase nada cederam e agora iniciam um processo de retaliação do movimento paredista, "numa atitude de pura vingança".

O objetivo das multinacionais é claro: desejam esmagar o potente movimento operário da região e desacreditar o Sindicato. Neste momento os operários precisam se manter de cabeça erguida e fazer uma aprofundada avaliação de mais este confronto de classes no país.



Foto: Niels Andreas

Mais de 2 mil metroviários parados diante do TRT dia 14: quadro de uma campanha exemplar

Conquistas e exemplos na campanha dos metroviários

Mantém-se o impasse entre os metroviários e a Companhia do Metropolitano de São Paulo, controlada pelo governo estadual. Contudo, embora não tenham chegado a um acordo com a empresa, os trabalhadores já consideram a campanha salarial deste ano como vitoriosa e exemplar.

A categoria continua na expectativa de que a decisão favorável aos trabalhadores, tomada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), ao julgar, no dia 14, o dissídio coletivo, seja acatada. O Metrô e o governo estadual ameaçam recorrer da sentença ao Tribunal Superior do Trabalho. Se isso for concretizado, estará instaurado o impasse.

A categoria pode decretar greve nos próximos dias se os benefícios concedidos pelo Tribunal não constarem nos holerits a serem distribuídos no final deste mês. Em carta divulgada à população, o Sindicato dos Metroviários lembra que "o acatamento da lei, da justiça e da ordem" tem sido pregado diariamente pelo governo estadual, mas está sendo contradito pela sua posição neste caso.

Os juízes não concederam a trimestralidade nem redução da jornada de trabalho, duas das principais reivindicações dos trabalhadores. Segundo o Sindicato, adotaram uma "solução ao meio", que acabou aprovada na última assembléia da categoria. Prevê piso salarial de Cr\$ 850 mil, 100% de INPC mais 4% de produtividade, abono de 25% e 20% conforme a faixa salarial, quinquênio de 5% sobre o salário com caráter retroativo e abono de férias (veja na T.O n° 217).

O resultado geral foi uma grande vitória dos trabalhadores, "sem dúvida a maior da safra de campanhas salariais

deste ano", segundo a avaliação dos sindicalistas Maurício Souza Pereira, membro da Comissão de Mobilização, e Antônio da Silva Ortega, diretor do Sindicato. "Neste ano, os metroviários avançaram ainda mais em organização, combatividade e unidade, fatores que explicam essa vitória", disseram.

A conduta dos metroviários nesta campanha, de fato, constitui-se num exemplo de luta, com preciosos ensinamentos. Em cada área de trabalho foi criada uma comissão de mobilização, garantindo ampla discussão do movimento e a transmissão das orientações do Sindicato aos trabalhadores a cada momento da luta.

A assembléia que decidiu a greve de advertência, realizada no dia 3, contou com a presença de 3.000 metroviários (cerca de 60% da categoria). Muito embora lideranças petistas tenham se colocado contra a paralisação, a proposta venceu, obtendo 70% dos votos (o dirigente nacional do PT, Otávio de Azevedo Júnior, diante da disposição da categoria, sequer teve coragem de assumir plenamente sua posição, preferindo ficar "em cima do muro", na expressão dos trabalhadores).

A adesão foi geral, de 97%, tornando desnecessária a utilização dos piquetes organizados no dia anterior. "Não teve nenhuma ocorrência policial e o patrimônio, que é de todo o

povo, foi preservado", salientou Maurício Pereira.

Outra característica do movimento foi a intensa discussão política. "Em todas as áreas, os trabalhadores debateram a atual conjuntura, as mudanças ocorridas no país e a necessidade de adequar a tática de luta ao novo momento. Todos compreendem que o clima de democracia que estamos vivendo favorece a categoria", afirmou o sindicalista.

Foram várias as formas de luta utilizadas. Segundo Antônio Ortega, "praticamente todos os dias os trabalhadores se reuniram, fizeram paralisações-relâmpago, com passeatas, pequenas assembléias por setor, inovando a organização. Nas oficinas de obras, os trabalhadores, que querem a redução da jornada para 40 horas semanais de trabalho, já realizam isso na prática, só trabalhando este período, depois saem para o pátio, discutem política e outros assuntos", conta.

Também não estão sendo realizadas horas extras. Quando a decisão foi parar nas mãos da Justiça, "a categoria compreendeu que não devia abandonar a mobilização. Na véspera e no dia do julgamento do dissídio foram feitas paralisações de meio dia e passeatas em todas as áreas de trabalho, menos nos terminais e na operação. Esta campanha registra um grande avanço da categoria, possibilitada por uma prática já tradicional de unidade, luta e experiências que incluem a participação na greve geral de 21 de julho de 1983, a abertura das catracas do Metrô para o público em novembro do ano passado", concluíram Maurício Pereira e Ortega.



Assembléia do dia 22: operários rejeitam a "provocação patronal" e mantêm a greve na Volks

Frentistas de São Paulo fecham os postos de gasolina

Na primeira greve da história da categoria, os trabalhadores em postos de gasolina de São Paulo paralisaram o serviço na sexta-feira, dia 17, conquistando um vantajoso acordo salarial. O Tribunal Regional do Trabalho, reunido na tarde do mesmo dia, avaliou como procedentes as reivindicações dos frentistas e fez uma proposta conciliatória aos patrões, aprovada com entusiasmo pelos grevistas.

A proposta prevê aumento salarial com base no INPC integral e mais 4% de produtividade; antecipação trimestral de 50% do INPC; 100% de acréscimo nas horas-extras trabalhadas; estabilidade de dois meses no emprego e adicional de periculosidade, entre outros itens. Mas os proprietá-

rios dos postos de gasolina já anunciaram que não aceitam a decisão do TRT, alegando que só a acataram caso o governo federal repasse o reajuste salarial para o preço dos combustíveis aos consumidores.

MANTER A MOBILIZAÇÃO

Segundo avaliação do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, "a greve foi um sucesso", atingindo cerca de 60% da categoria na capital paulista. Apesar da dispersão dos frentistas — mais de 16 mil espalhados em 2 mil postos —, os piquetes conseguiram a adesão dos trabalhadores. Em vários postos os patrões foram forçados a trabalhar, utilizando-se de familiares para abastecer os automó-

veis. Mesmo assim não conseguiram seguir o ritmo de trabalho exigido dos frentistas — estes trabalham em média 14 horas diárias.

Como forma de represália, vários empresários demitiram as lideranças do movimento grevista e afirmam que não cumprirão o acordo salarial. "Se eles querem guerrear, os trabalhadores não se acovardarão na guerra", garante Francisco Soares, diretor do Sindicato. A orientação da entidade classista é de manter a mobilização da categoria, pressionando os patrões a readmitirem os ativistas sindicais e fiscalizando as irregularidades nos postos. E caso os patrões não acatem a proposta conciliatória do TRT, nova greve será decretada — garante o sindicalista.

ECT reprime greve no Correio utilizando demissões em massa

Encerrou-se na noite do dia 22, por decisão de assembléia realizada na Praça da Sé, a greve dos funcionários dos correios de São Paulo. Cerca de dois mil grevistas, que se pronunciaram pelo fim do movimento, decidiram encaminhar suas reivindicações ao ministro do Trabalho.

Desde seu início o movimento dos carteiros foi submetido a fortes pressões. Destoando das posições adotadas em geral pelo governo da Nova República, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ameaçou punir os grevistas e demitiu dezenas deles, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Reavivando o linguajar e os métodos do regime militar, Antônio Carlos Magalhães acenou com o fantasma de "infiltração de radicais" no movimento e demitiu suas lideranças, inclusive no Rio, onde os grevistas retornaram ao trabalho após conquistar 30% de aumento prometidos pelo governo e que não tinham sido pagos. A direção da Empresa dos Correios e Telégrafos, ECT, criou um verdadeiro clima de terrorismo contra o movimento, com a aplicação de suspensões, demissões e



Grevistas fazem protesto em frente ao Correio Central em S. Paulo

descontos dos dias parados. No Rio de Janeiro foi demitida toda a diretoria da Associação da categoria, inclusive seu presidente, que tem 30 anos de firma. Em São Paulo, falava-se em 53 demissões, inclusive 11 membros da Associação. Setores da imprensa colaboraram para provocar pânico entre os grevistas, anunciando o treinamento de 700 carteiros em São Paulo para substituí-los demitidos. Uma comissão de representantes dos grevistas, entre os quais os presidentes das associações de trabalhadores do Rio de Janeiro e

nários do Rio e São Paulo não foi sequer recebida pela direção nacional da ECT ou pelo ministro das Comunicações.

Os grevistas conquistaram os 30% de abono anteriormente prometidos pelo governo. Mas a pauta de reivindicações agregada à segunda greve 70% de aumento real, 40 horas semanais, estabilidade de dois anos etc. não teve nenhum de seus itens atendido. Os funcionários dos correios reivindicam, principalmente, a readmissão dos líderes do movimento e outros demitidos.

Assalariados rurais do interior paulista param 14 municípios

No primeiro dia de greve, 80 mil canavieiros de 14 municípios da região de Ribeirão Preto paralisaram o trabalho. O movimento está sendo coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo (Fetaesp), que há três meses vinha negociando com os usineiros, sem chegar a um acordo. Os companheiros de laranja também estão em greve.

A paralisação dos canavieiros paulistas começou na terça-feira, 21, na região de maior produção de cana do país. No Estado se produz 144 milhões de toneladas de cana, 4,5 milhões de toneladas de açúcar e 6,3 bilhões de litros de álcool. Em vários municípios a totalidade dos cortadores de cana aderiram à greve, como em Sertãozinho, de onde a Fetaesp está dirigindo seus trabalhos.

Antonio Crispim da Cruz, diretor da Fetaesp, declarou à TO que “está havendo muita pressão dos usineiros sobre os trabalhadores”. Os patrões estão usando de todas as artimanhas para confundir a população. Ordenam aos motoristas de caminhões de transporte de canavieiros, quando barrados por piquetes, que se dirijam à delegacia mais próxima. Ali os trabalhadores são coagidos a assinarem um documento dizendo que pretendiam trabalhar, mas foram impedidos pelos piqueteiros. Os patrões fazem isto para instigar as autoridades a usar a violência policial contra os grevistas.

AMEAÇAS DE REPRESSÃO

O deputado estadual Benedito Cintra (PMDB), que estava na região prestando solidariedade aos trabalhadores, entrou em contato com o governador Montoro e o Secretário de Segurança, Michel Temer, tentando evitar que as ameaças de repressão se concretizassem. Esta intermediação do parlamentar ocorreu após a divulgação da notícia de que os piquetes poderiam ser reprimidos e seus membros indicados pela Polícia Federal, num claro envolvimento do SNI na questão.

Até o fechamento desta edição o movimento grevista transcorria com tranquilidade. Os trabalhadores não aceitaram as provocações dos usineiros, que se negaram até o último instante a atender as reivindicações básicas apresentadas pela Fetaesp. Esta

Piquetes na saída das cidades impediam a passagem de caminhões com trabalhadores

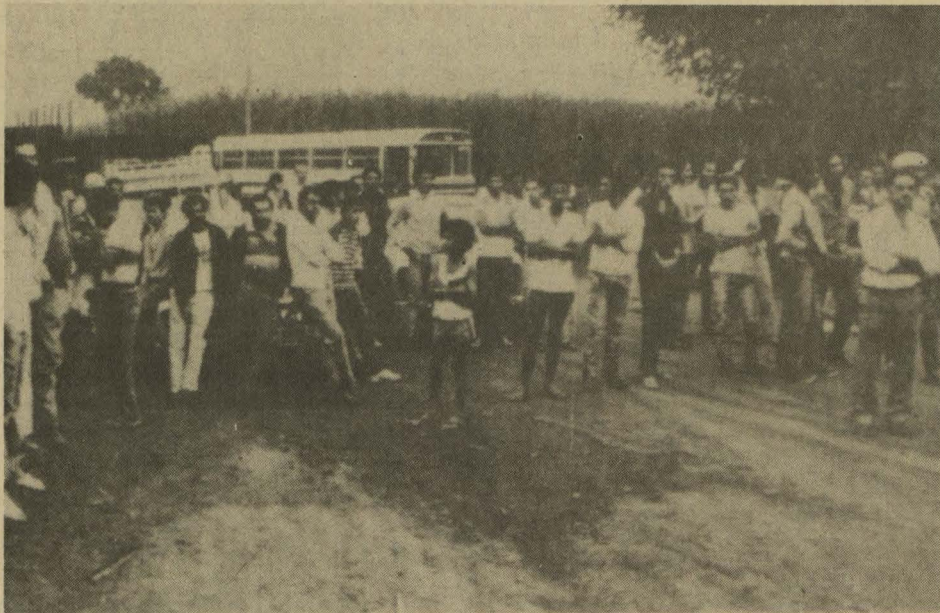


Foto: Clóvis Cranchi

Canavieiros de Goiás iniciam luta salarial

Em Goiás, intensificam-se os preparativos para a campanha salarial dos cortadores de cana do Estado. No próximo dia 5 será realizada a primeira rodada de negociações entre os representantes dos trabalhadores, encabeçada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaeg), e os empresários do setor alcoleiro e açucareiro, representados pelo sindicato patronal.

Cerca de 50 mil trabalhadores de cana estão envolvidos na campanha salarial deste ano. As negociações serão conjuntas para todos os trabalhadores do setor canavieiro, ao contrário do que ocorreu no ano passado. A Fetaeg já enviou para o Sindicato Patronal uma pauta com 27 reivindicações.

CAMPANHA BEM PREPARADA

As principais reivindicações dos trabalhadores são: diária mínima de Cr\$ 40 mil; criação de delegacias sindicais; indenização proporcional quando o trabalhador não tiver completado um ano de casa; proibição da dispensa de trabalhadores pelo fa-

última, numa atitude conciliatória, cedeu em vários pontos da sua pauta de negociação, mas nem assim conseguiu que o lado oposto fizesse o mesmo. Dia 2 os usineiros requereram ao Tribunal Regional do Trabalho a instauração do dissídio coletivo.

CANA CORTADA POR METRO

O principal impasse nas negociações foi na questão da medição do corte de cana. Os trabalhadores querem que seja feita por metro linear e os patrões exigem que permaneça a medição por tonelada. Neste último tipo de medição, o trabalhador não tem nenhum controle, não tendo como fiscalizar se é feita corretamente. Com a experiência adquirida nas greves do ano passado, quando derrubaram o sistema do corte de sete ruas, neste ano os cortadores de cana não abrem mão da medida por metro de cana.

Segundo sindicalistas, existem outros motivos para explicar a total intransigência dos patrões em negociar. “Pelo que a gente percebe, os usineiros estão jogando com a greve, tentando pressionar o governo para que aumente a sua cota de açúcar e álcool”, denuncia o sindicalista Antonio Crispim da Cruz. No limite da miséria, os assalariados rurais usam a greve para conquistar direitos já oferecidos aos trabalhadores urbanos há mais de meio século. Eles exigem, entre outras coisas: fornecimento gratuito de ferramentas de trabalho e de equipamentos de proteção; salário-família; comprovante diário de produção; licença à gestante, etc.

No mesmo dia que os canavieiros, também cruzaram os braços os apanhadores de laranja do município de Bebedouro, maior produtor de citriscos do país. A greve é um protesto contra a atitude da Associação Brasileira dos Produtores de Sucos Cítricos, que adiou, unilateralmente, as negociações salariais para o final do mês. No ano passado estes mesmos trabalhadores fizeram duas grandes greves vitoriosas.

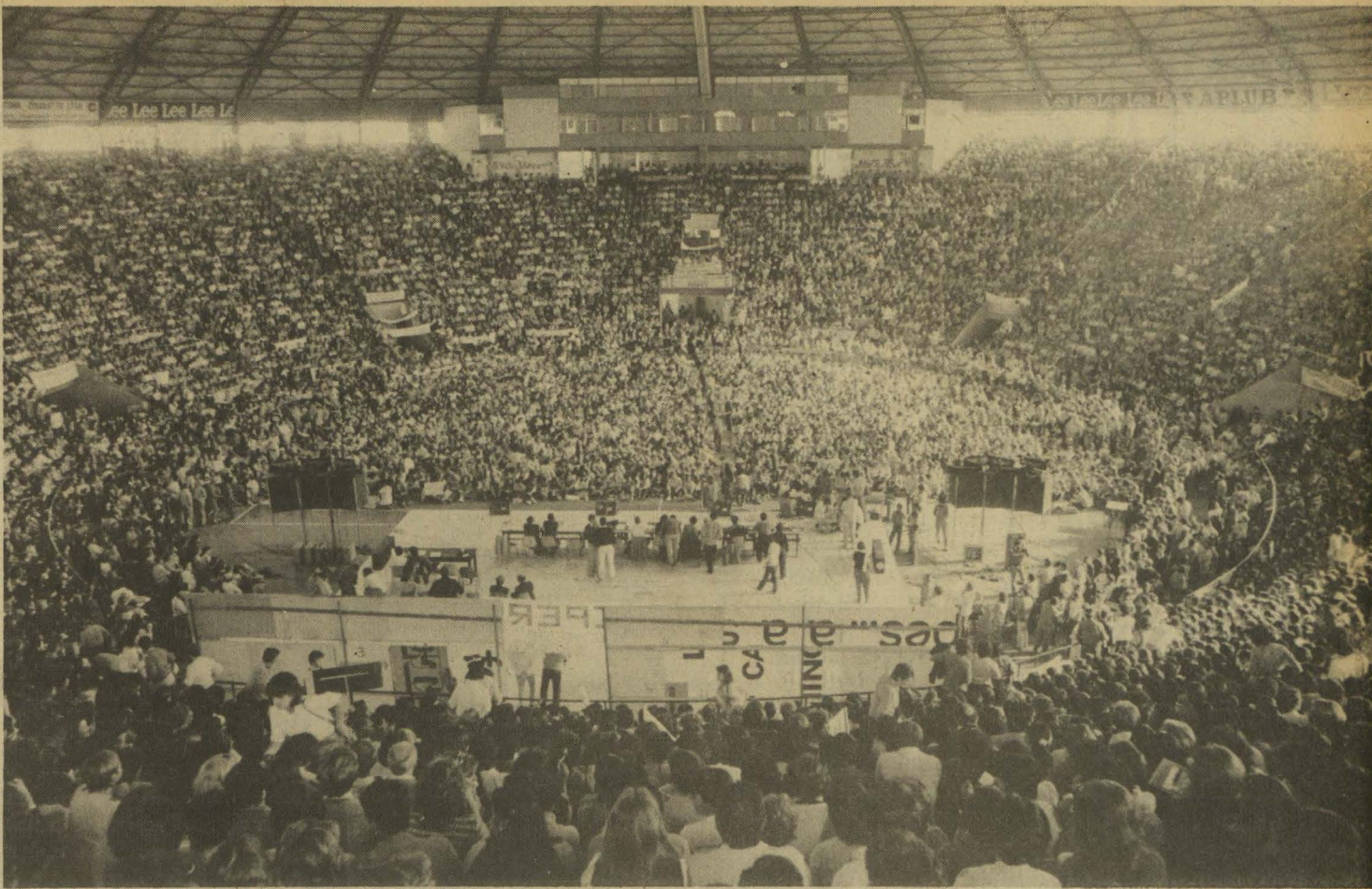


Foto: Daniel de Andrade

Assembléia dos professores gaúchos no Gigantinho, no dia 10 de maio, que decretou a greve da categoria

Ganha força movimento nacional de professores

Ganha impulso em diversos Estados a luta dos professores de 1º e 2º graus, particularmente os da rede oficial de ensino, por reivindicações salariais. O movimento tem conquistado apoio e simpatia de outros setores e da população em geral, na medida em que visa valorizar o ensino brasileiro e restabelecer a dignidade profissional dos educadores.

A greve do professorado gaúcho conquistou amplo respaldo popular. Cerca de 15 mil pessoas realizaram um ato em frente à Prefeitura de Porto Alegre em apoio aos trabalhadores do ensino e outras categorias em greve. O ato teve a participação de entidades sindicais, estudantes e democráticas. Vários partidos e entidades populares se manifestaram. Entre eles, Deo Gomes, que falou em nome do PC do B destacando “que o povo brasileiro conquistou maiores liberdades para lutar em melhores condições por seus interesses e reivindicações”.

O ato culminou com a realização de uma grande passeata pelas ruas centrais da capital, tendo sua concentração maior em frente ao palácio do governo do Estado, fortemente protegido pela Polícia Militar.

Como fruto dessa manifestação o governador Jair Soares, do PDS, foi forçado a marcar uma audiência com o Centro dos Professores e o comando de greve, quebrando a intransigência com que até então vinha tratando o movimento. Segundo seus dirigentes a paralisação atinge de 95 a 98% dos 120 mil docentes da categoria, que querem 13º salário, piso de 2,5 salários mínimos, reajuste semestral e destinação de 25% do orçamento do Estado à Educação. Jair Soares prometeu atender parcialmente às reivindicações mas ao mesmo tempo começou a tomar represálias, com diversas delegacias de ensino proibindo a realização de reuniões entre pais e mestres nas escolas. Paulo Egon, presidente do Centro do Professorado, destacou que “esta e outras atitudes surpreendem muito pois ocorrem justamente no momento em que o governo se dispõe a negociar”.

SITUAÇÃO EM GOIÁS

Prossegue no Estado a greve deflagrada no dia 14. Na capital o índice de adesão ao movimento paredista gira em torno de 95% enquanto no interior atinge 70%. O governo permanece intransigente, recusando-se a receber o comando de greve para processar as negociações.

Os 40 mil mestres goianos encontram-se descontentes e revoltados, reivindicando um piso de 3 salários mínimos para professor primário e um máximo de 7 minutos e três quartos para o AD-7, além de eleições diretas para os diretores das escolas.

GREVE EM MINAS

Os professores mineiros estão paralisados, por decisão de assembléia, desde o dia 16 de maio. Eles reivindicam reposição de 49,9%, pagamento até o dia 5 do mês subsequente ao trabalho, acesso de carreira, efetivação dos convocados, nomeação dos concursados, reajuste trimestral e eleição direta para diretor da escola.

Até o dia 22 de maio 211 cidades, 2.800 escolas, e 140.000 trabalhadores do ensino estavam paralisados. Ainda no dia 21 cerca de 5 mil professores da rede estadual saíram em passeata após rejeitarem em assembléia e reposição salarial de 26,24% proposta pelo governo.

OUTROS ESTADOS

Os docentes da rede estadual e municipal de Belém, em greve desde o dia 15, realizaram um ato público no dia 22 para entregar ao prefeito Almir Gabriel e ao governador em exercício, Laércio Franco, um docu-

mento com suas reivindicações.

No Ceará, os professores, em greve desde o dia 15, realizaram um plantão no aeroporto de Fortaleza, no dia 22, para tentar uma audiência com o governador Gonzaga Motta, que chegava de viagem, e expor suas reivindicações, com destaque para o piso de três salários mínimos. O movimento, segundo os grevistas, atinge a quase totalidade dos 30 mil professores do Estado.

Em São Paulo iniciou-se, no dia 22, uma greve do magistério decidida em assembléia com 5 mil presentes no dia 18. Ao fecharmos esta edição, os dados sobre a paralisação indicavam uma adesão parcial dos professores, em consequência de diversos problemas ocorridos na preparação do movimento. As avaliações sobre o índice de paralisação eram as mais variadas. Das quatro entidades do magistério paulista apenas uma, a Apeoesp, decidiu convocar a paralisação. (Veja quadro).

Ação eleitoreira

A campanha salarial dos professores paulistas enfrenta este ano uma dificuldade adicional: é que ela coincidiu com a campanha eleitoral para a diretoria da maior entidade estadual do magistério, a Apeoesp.

A campanha eleitoral é sem dúvida o momento ideal para o debate de idéias no seio da categoria, um momento em que afloram com maior força as diferentes concepções sobre os rumos da entidade e seu papel nos acontecimentos em curso no país. Já a campanha salarial exige a maior coesão possível em torno das reivindicações da categoria para que se consiga um movimento representativo e forte, como ocorreu na greve do ano passado.

Agravando essa dificuldade objetiva, o grupo do atual presidente da Apeoesp, Gumercindo Milhomem, que concorre à reeleição, adotou uma conduta de tentar subordinar a campanha salarial a seus interesses eleitorais. Ele procurou apresentar a proposta de incorporação dos 25% de abono concedidos pelo governo ao salário, como uma contraposição a trimesalidade; omitem que ela representava

um passo táctico no caminho da conquista do reajuste trimestral. E dividiu o plano praticamente ao meio.

A atual diretoria também defendeu — sem êxito — que a greve fosse iniciada exatamente no dia 28, dois dias antes do início das eleições, o que não pode deixar de ser interpretado como manobra eleitoreira.

A própria proposta de greve foi precipitada, antes do término das negociações com o governo, que deveriam se encerrar no dia 31. Isso fez com que as outras três entidades do magistério, a União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial (Udemo), a Associação Paulista dos Supervisores de Ensino (Apase) e o Centro do Professorado Paulista (CPP) não se mostrassem entusiasmados em apoiar o movimento. Em assembléias próprias, inclusive, tanto a Udemo como a Apase e o CPP se recusaram a encabeçar a greve que, sem a coesão que obteve no ano passado, nasceu frágil e sem o ímpeto que caracterizou a campanha salarial do magistério paulista no ano passado. E acabou prejudicando a imagem eleitoral do atual presidente da entidade.

(Olivia Rangel).

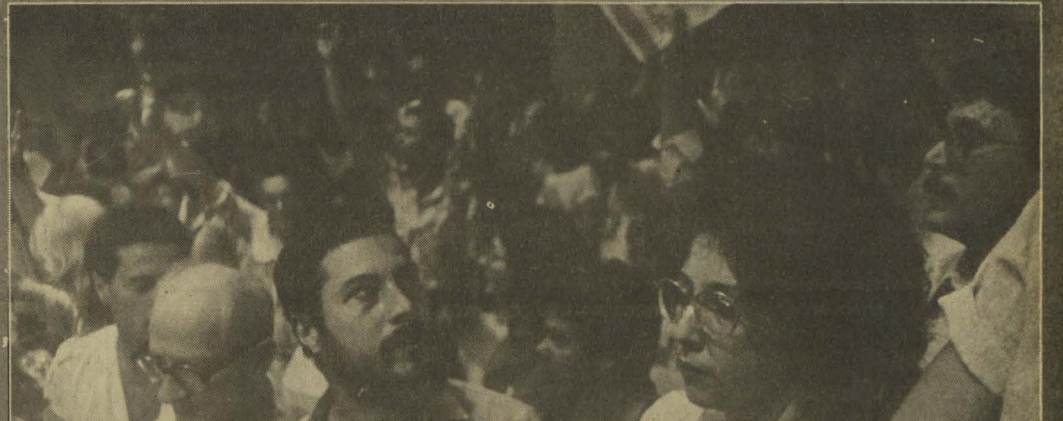
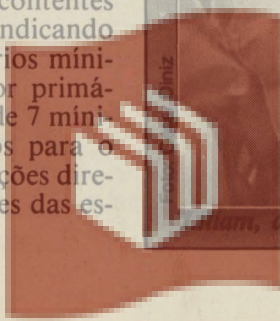


Foto: Clóvis Cranchi



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Policiais atacam 2 mil posseiros na Bahia

Ação Macabra. Foi assim que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia classificou a operação de guerra da polícia baiana contra mais de dois mil posseiros que moram e trabalham em cerca de 3 mil hectares em Wenceslau Guimarães. A ação, denominada pela polícia de "Roçado", foi comandada por altas autoridades do governo do Estado.

Os trabalhadores foram acordados às 4 horas da manhã, dia 9 de maio, ouvindo tiros na Vila Tancredo Neves. Mais de 60 policiais, armados de fuzis e metralhadoras, atacaram os lavradores. Jogaram bombas de gás lacrimogêneo, pisotearam mulheres e crianças. Vascularham tudo. Seqüestraram espingardas de socar, facões, foices, machados, enxadadas. Enfim, todo o instrumento de trabalho dos moradores. Trabalhadores foram espancados, torturados. Os beleguins deram pontapés com seus coturnos e usaram os canos de suas armas para bater nos posseiros.

GOVERNO ENVOLVIDO

O chefe da Casa Militar do governo do Estado, coronel PM Camerino Araújo, o chefe da Casa Civil, Jairo Carneiro, e o delegado Geraldo, da Secretaria de Segurança, estiveram diretamente envolvidos no comando da operação "Roçado". A brutalidade policial desmascarou, mais uma vez, o envolvimento oficial na proteção a grileiros — no caso de Wenceslau Guima-

rães, a empresa S.A. Lopes Marques.

Segundo a Fetag, a empresa está aumentando seu latifúndio — ela já se diz dona de 28 mil hectares de terra. Atualmente, pretende se apossar de mais de 70 mil hectares envolvendo áreas dos municípios de Itamarí, Gandu, Jequié, Wenceslau Guimarães, Jaguaquará, Santa Inês, Teolândia, Taperoá, Nilo Peçanha e Camamu.

Segundo os posseiros, a Lopes Marques vem "engordando" suas terras durante os últimos 20 anos, com a proteção policial e o uso de pistoleiros. Expulsou covardemente vários pequenos proprietários, pagando micharias ou ameaçando de morte os rurais. A empresa tira da terra os trabalhadores e instala seu latifúndio improdutivo, que só faz derrubar madeira.

A Fetag, desde 1980, vem denunciando a ação da Lopes Marques. Mas nem o governo estadual nem o federal tomaram providências contra a violência dos grileiros Joaquim, Francisco, Acir e Roberto Lopes. Os grileiros mais violentos, se-

gundo os posseiros, são Osvaldo de Souza, seu filho Ruy e um tal de Tasso.

Aliás, a esposa do governador João Durval é prima carnal de Ruy Souza, que comprou terras dos sócios da empresa e se junta com os grileiros para expulsar as famílias — algumas com mais de 100 anos na terra que trabalham. O prefeito de Wenceslau Guimarães, Antônio Lopes Marques, também é sócio da empresa latifundiária.

O secretário da Fetag, Aloísio Carneiro, está denunciando "todas as autoridades envolvidas por um governo que toma uma atitude parcial. A polícia desarmou os posseiros. Esta é a velha tática usada. Porque deixaram as armas dos pistoleiros e os trabalhadores podem ser atacados a qualquer momento."

Depois que homens, velhos e jovens, foram espancados e torturados, ainda tiveram que depor na Delegacia de Polícia de Wenceslau Guimarães. Uma a uma, sem direito a ler o interrogatório, as vítimas da estupidez policial foram obrigadas a assinar os depoimentos arrancados por meio da violência. Com base nesse processo, a polícia já instaurou inquérito para expulsar os posseiros da área. Segundo os posseiros, os pistoleiros da Lopes Marques utilizam fardas da Po-

lícia Militar no seu trabalho de protetores dos grileiros.

APELO À NOVA REPÚBLICA

Todas estas denúncias foram colocadas no documento que a Federação dos Trabalhadores enviou ao governador do Estado e ao presidente José Sarney. A entidade sindical também está requerendo providências dos ministros da Reforma Agrária e da Justiça.

A Fetag quer do governo da Nova República a permanência na gleba de milhares de famílias que lavouaram. Solicita igualmente agilização, junto ao Tribunal de Justiça da Bahia, do **habeas corpus** para a imediata soltura dos proseiros Gilvaldo Mendes; e apuração das denúncias formuladas e punição aos infratores. Finalmente, pleiteia o desencadeamento do processo de implantação da reforma agrária ampla, masiva e imediata, com a participação dos trabalhadores. A Fetag considera ser esse o caminho para enfrentar o problema: mudando o modelo econômico discriminatório e concentrador de renda, que privilegia os grandes grupos nacionais e estrangeiros, em detrimento das condições de vida e trabalho do povo cada vez mais degradadas. (da sucursal)



Foto: Arquivo TO

A União de Mulheres contribuirá para o avanço da luta das baianas

União de Mulheres de Salvador surge para lutar por liberdade

Mais de 500 representantes de diversos bairros, categorias profissionais e estudantis fundaram, dia 19, a União de Mulheres de Salvador. No encontro de fundação, foram discutidas e aprovadas teses que servirão de base para o trabalho da UMS no seu primeiro ano de existência. Temas como Mulher e Constituinte, Mulher Negra, Mulher e Saúde, Mulher e Trabalho, Mulher e Sucessão Municipal e Mulher e Violência foram objeto de vivos debates.

A mesa de abertura do encontro foi integrada por Liege de Paula (eleita presidente da UMS); Tais Normande, da União de Maceió; Maria de Lóudes Rodrigues, do Conselho da Condição Feminina de São Paulo; Lídice da Mata, Líder da bancada do PMDB na Câmara de Salvador; vereador Fernando Schmidt; Loreta Valadares, do PCdoB, entre outros.

Caravanas dos bairros do Acupe, Alto do Saldanha, Polênica, Campinas da Brotas, Liberdade, Santa Mõ-

nica, Pau Miúdo, Caixa D'Água, Binóculo, Alto das Pombas, São Tomé do Peripe, Coutos, Cosme de Farias, Engenho Velho, Federação, Mangueira 1, Alagodos, Periperi e Paripe destacaram-se entre as diversas entidades presentes.

SOCIEDADE LIVRE

O "Manifesto" de fundação da entidade diz, entre outras coisas: "Vimos das fábricas, onde ajudamos a construir a riqueza da nação e o fruto do nosso trabalho nos é arrancado pelo lucro dos patrões, e também vimos das escolas, dos hospitais, dos bancos. Professoras, enfermeiras, bancárias, nos juntamos às empregadas domésticas, às donas-de-casa, às lavadeiras, a uma só voz um só brado, para unidas enfrentarmos nossas lutas. Nossa União de Mulheres, que abriga em seu seio as mulheres exploradas desta terra, não dará tréguas na luta pela construção de uma nova sociedade, livre de toda a exploração e opressão".

Petroquímicos da Bahia realizam seu 4.º Congresso

Os operários químicos e petroquímicos da Bahia realizaram, dias 18 e 19 de maio, o seu 4.º Congresso. Foram 180 delegados, representando 8 mil petroquímicos e 4 mil químicos do Polo e de Candeias. Partidos políticos, inclusive do PC do B, mais de 20 entidades de classe, parlamentares, os representantes da Conclat (Joaquim dos Santos Andrade) e da CUT (Ana Lúcia Silva), e os membros da central sindical do Chile, Bermudez Quezada e Bernardo Rojas, participaram da abertura do Congresso.

O chileno Bermudez denunciou as arbitrariedades da Junta Militar encabeçada pelo general Pinochet, que somente entre 1983 e maio de 1985 matou mais 160 pessoas e confinou

em locais distantes e em campos de concentração cerca de 800 dirigentes sindicais, políticos e estudantis. Os congressistas manifestaram seu apoio à luta dos povos, em especial dos trabalhadores do Chile, Nicarágua e El Salvador.

A luta pelo turno de 6 horas para a categoria, escala móvel de salários, reajustes acima da inflação, estabilidade no emprego e a defesa da unidade do movimento sindical foram alguns dos pontos aprovados no Congresso. Nas resoluções de caráter mais geral, destacam-se a defesa da Assembléia Constituinte livre e soberana e a sugestão de que o governo suspenda o pagamento da dívida externa.

O patrão Brizola ameaça os grevistas do Rio de Janeiro

Insensível às justas reivindicações dos funcionários da área de saúde do Rio de Janeiro, o governador do PDT, Leonel Brizola, ameaça agora descontar dos salários dos grevistas os dias parados. A dramática situação dos servidores, que em grande parte ganham apenas um salário mínimo, leva os trabalhadores a dormirem no hospital (por falta de dinheiro para condução) ou guardam suas refeições para levar aos filhos, no final da jornada. A greve, já na sua

terceira semana, vai desmascarando o falso socialismo do "aiatolá gaúcho". Ao tempo em que não houve os reclamos dos funcionários, Brizola agora resolveu também tentar impedir que o Conselho Regional de Medicina eleja as Comissões de Ética Médica nos hospitais. Os médicos prometeram reagir a essa nova investida do governador. E o impasse entre os grevistas e o patrão do PDT continua. (da sucursal)

"O Norte" declara guerra aos jornalistas paraibanos

A Empresa Jornalística S/A O Norte, de João Pessoa, desencadeou uma furiosa perseguição contra dirigentes e ativistas do Sindicato dos Jornalistas. Ligada aos Diários e Emissoras Associados, a empresa não admite que o Sindicato denuncie-a junto ao Ministério do Trabalho pelos atrasos no pagamento de salários. Dirigentes da entidades foram afastados da empresa, devido à ação sindical, e uma sindicalista que

não pertence à diretoria, Socorro Andrade, foi demitida, já que não tinha imunidade no emprego. A ofensiva patronal ocorre no momento em que o Sindicato desenvolve um bom trabalho junto à categoria, uma vez que nas diretorias anteriores havia conciliação e peleguismo. No próximo mês tem início a campanha salarial dos jornalistas paraibanos.

(da sucursal)

O controle das enchentes pode demorar de 100 a 500 anos

As recentes enchentes na região Nordeste, com milhares de desabrigados e imensos prejuízos para a produção agropecuária, são conseqüências do sistema econômico predador adotado no Brasil, agravado pelas orientações adotadas nos últimos 20 anos, permitindo a devastação da vegetação e das florestas. Esta é a conclusão do professor Dirceu Cezar Leite, geólogo da Petrobrás e engenheiro de minas, com 50 anos de experiência no estudo dos fenômenos da natureza.

As indústrias baseadas no carvão vegetal e as madeiras derrubam imensas áreas de floretas. Ele cita, como exemplo, as indústrias do aço em Minas Gerais que, como não dispõem de carvão mineral, usam o vegetal.

Segundo o professor são necessárias dez árvores para produzir um metro cúbico de lenha e três metros cúbicos de lenha para produzir um de carvão vegetal. As indústrias queimam milhares de metros de carvão vegetal para fabricar ferro e aço. O resultado é o desmatamento em grande escala.

Quando chove em Minas Gerais, nas nascentes do Rio São Francisco forma-se uma enxurrada por causa da ausência da mata, que prenderia a água. O resultado são as enchentes atingindo as regiões mais baixas até a Bahia e Pernambuco.

Acostumado com a dida-



Limoeiro, em Pernambuco, alagada em função do desmatamento nas nascentes de São Francisco

tica, Dirceu Cezar Leite explica o papel da floresta e da vegetação na absorção das águas das chuvas. "Imagine uma mesa de superfície lisa. Jogue água nela e este líquido escorrerá para os lados rapidamente. Agora coloque em cima da mesa um tapete grosso. Jogue a água e ela ficará retida. O tapete ficará encharcado retendo a água. Depois coloque um refletor sobre o tapete e verá que a água começará a evaporar". Este processo é semelhante ao que ocorre nas terras onde existem florestas e uma vegetação densa. Com a evaporação as

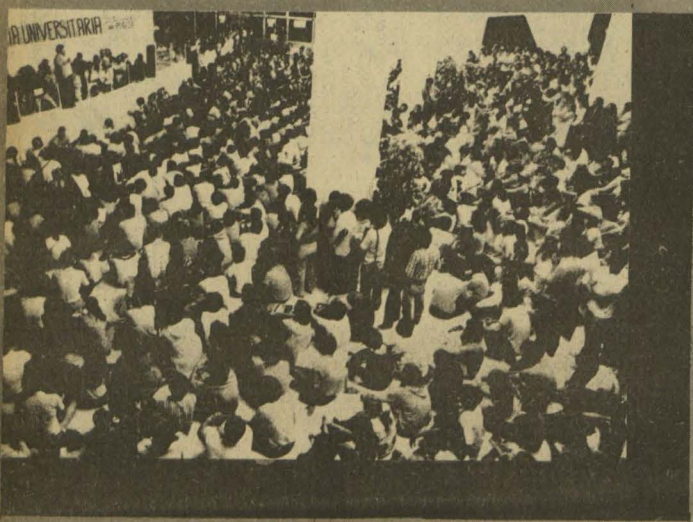
nuvens levam para locais mais distantes a água de onde choveu anteriormente. Sem vegetação, as conseqüências são as enxurradas e as enchentes.

"Pela lógica, diz o professor, vão ocorrer novas enchentes, tanto no Nordeste como no Sul do país. "E para deter este processo levará um longo tempo. As florestas foram formadas há cerca de um milhão e dez milhões de anos. E par reparar a floresta devastada são necessários de 100 a 500 anos."

As montanhas brasileiras são formadas em geral por

rochas cristalinas que, decompostas, produzem fertilizantes solúveis na água, como o potássio, fosfato, magnésio e outros nutrientes minerais. A água da chuva desce "suja" e assenta os fertilizantes nas terras baixas. Muitas vezes trazem junto as sementes. Este é processo natural que funciona há milhões de anos. Com a depredação das florestas e da vegetação, este ciclo é interrompido ou deixa de funcionar plenamente. O desequilíbrio vai se processando em cadeia, ampliando as áreas áridas e a frequência das enchentes. (da sucursal da Bahia)

Debate sobre universidade na transição democrática



Dia 7 — 20h00 — **O momento político atual** — José Renato Rabelo
Dia 8 — 09h00 — **Situação atual da universidade** — Elias Boaventura, Vânia Galvão, Antônio José Martins Fo., Helena Lopes Freitas (coordenadora).
Dia 9 — 15h00 — **A Universidade Necessária aos Interesses Nacionais e Populares** — Eunice Ribeiro Durhan, Mirian Ward, Javier Alfaya, Lucília Machado (coordenadora)
Local — sede do CEPS — rua França Pinto, 36, Vila Mariana.
Promoção: Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (CEPS) e Instituto de Cultura Operária e Popular.



Em decorrência da greve nos correios, particularmente em São Paulo, onde se localiza a sede de nosso jornal, não recebemos cartas suficientes para publicar o **Fala o Povo**. Esperamos contar com a participação de nossos leitores. Compreensivelmente porque se trata da luta de uma categoria esmagada nos 21 anos de regime militar e que agora se manifesta em defesa de seus direitos. Voltaremos com nossa seção assim que

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

CDM

Endereço e carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo - CEP 01318-000

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Gracioso



Piquete durante a greve dos "bóias-frias" da região paulista de Ribeirão Preto, em 1984: um forte sintoma da vitalidade e da coesão dos assalariados rurais brasileiros

O avanço do sindicalismo rural

Com a participação prevista de mais de 4 mil delegados do campo, inicia-se no próximo dia 25, em Brasília, o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Evento de grande importância político-sindical nesse alvorecer da Nova República, o Congresso, que se estende até 30 de maio, traçará os rumos de atuação do pujante sindicalismo rural brasileiro, suas propostas, reivindicações, formas de organização e de luta.

Conforme avaliação da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), principal promotora do evento, o 4º Congresso "representará o coroamento de todo o trabalho sindical desenvolvido no campo". E é indubitável que nos últimos anos houve um sensível crescimento do sindicalismo rural, com a intensificação das lutas coletivas dos trabalhadores e o aumento de sua organização nos sindicatos.

O primeiro período de avanço da luta no campo se deu no início da década de 60, com o pipocar das lutas camponesas em diversas zonas agrícolas do país e o florescimento das Ligas Camponesas, da Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros) e dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Como fruto desse desenvolvimento, em 31 de janeiro de 1963 foi reconhecida a Contag, como entidade nacional de articulação sindical dos trabalhadores rurais.

Mas a entrada em cena do movimento caponês foi atropelada, como o restante do movimento operário, popular e democrático, pelo golpe militar de março de 1964. A então recém-fundada Contag sofreu intervenção e seus dirigentes foram cassados. Vários STRs, principalmente no Nordeste, também foram fechados, suas direções presas, processadas e até assassinadas.

O golpe dos generais acentuou mais o contraste entre os milhões de trabalhadores sem terra e os poucos latifundiários que concentram o grosso da área agricultável do país. Conseqüentemente, ressurgiram com mais força os conflitos no campo e o movimento sindical encontrou terreno fértil para retomar sua organização e luta.

Mesmo na fase negra da ditadura militar, os trabalhadores resistiram, numa guerra silenciosa e violenta, à ação concentracionista do latifúndio e das grandes empresas nacionais e estrangeiras. O ponto alto desse combate se deu no sul do Pará, de 1972 a 1975, onde os camponeses se juntaram aos militantes do PC do Brasil, na gloriosa Guerrilha do Araguaia.

Nesse período, os STRs, na sua maioria com direções atrasadas e imobilistas, tinham uma ação estritamente assistencial e paternalista. A luta contra as injustiças no campo se dava através do combate individual, com ações na arbitrária Justiça do Trabalho. Mas já se notavam os primeiros sinais da resistência coletiva, como na greve dos canavieiros de Paudalho, em Pernambuco, em 1976.

O 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1979, com a presença de 1.500 delegados, repre-

Contag rumo ao 4º Congresso



sentou um marco na mudança de postura do movimento sindical do campo. A partir daí, conforme deliberação dos congressistas, a luta passou a se desenvolver de forma coletiva, com os STRs estimulando ocupações de terras ociosas, manifestações públicas pela reforma agrária e contra a política agrícola do governo militar, e greves nas áreas dos assalariados rurais.

Trabalhadores resistem de maneira organizada

Respalado nessa orientação, o movimento sindical dos trabalhadores rurais deu um salto, quantitativo e qualitativo. Um rápido balanço da luta nos últimos cinco anos evidencia o avanço conseguido apesar da diversidade de atuação dos STRs, que atuam junto a posseiros, arrendatários, parceiros, assalariados e pequenos proprietários.

Na luta pela posse da terra, os trabalhadores passaram a resistir de forma organizada à ação violenta dos grileiros e latifundiários. Hoje, na macabra estatística dos mortos nesta guerra, não se encontram apenas posseiros, arrendatários e meeiros assassinados pelas milícias de jagunços dos fazendeiros. São comuns as ações armadas dos lavradores para defender suas posses e aumenta o número de baixas entre os pistoleiros.

Os levantamentos indicam que nesse período houve vertiginoso aumento da resistência dos trabalhadores. Constatou-se em 1984, confirmando tendência dos últimos cinco anos, a diminuição do número de despejos em massa de posseiros. Também cresceu o número de ocupações de áreas inexploradas pelo latifúndio. Fruto dessa luta, o próprio regime militar foi forçado a promover algumas desapropriações.

De forma organizada, os trabalhadores enfrentaram inclusive os projetos governamentais, principalmente os das barragens, que não contemplavam as milhares de famílias expulsas da terra. Em vários casos os órgãos responsáveis por esses projetos (Codevasf, Chesf e outros) foram obrigados a mudar seus planos iniciais, como em Itaparica e Tucuruí.

No início do ano passado, a luta pela terra ganhou ainda maior força com o lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Organizada por diversas entidades sindicais e democráticas, a campanha se estendeu para todos os Estados, com a realização de massivos atos públicos.

O movimento sindical também



Passeata pela Reforma Agrária em Goiás: uma campanha que se estende por todo o país, ganhando o apoio da população urbana

apresentou sinais de grande vitalidade entre os assalariados rurais, principalmente os concentrados nas grandes usinas de cana-de-açúcar. No início os STRs e federações que atuam junto a esse segmento se limitavam a exigir o cumprimento da legislação trabalhista, através de ações individuais na Justiça. Posteriormente, vários STRs iniciaram campanhas mais amplas, utilizando-se da mobilização coletiva e de breves e isoladas paralisações nos locais de trabalho.

A greve se generaliza entre os assalariados

Atualmente, no entanto, a maioria dos Estados desenvolvem campanhas salariais unitárias e massivas, utilizando-se da greve geral como forma de pressão. A Zona da Mata de Pernambuco, conhecida como o "ABC do campo" por sua combatividade, foi a primeira a inaugurar essa fase de luta mais ofensiva, com a greve deflagrada em 1980.

Para a Contag, "1984 passará à história das lutas coletivas como um ano de vitórias e conquistas expressivas. As greves, que até então eram privilégio de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, explodiram, com força, em regiões de grandes monoculturas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba e Goiás". Só em setembro passado, mais de 410 mil canavieiros do Nordeste entraram em greve, sustentando-a de oito a 10 dias, e só voltando ao trabalho após a conquista de um bom acordo salarial no Tribunal Regional do Trabalho.

Por último, entre os pequenos proprietários de terras, responsáveis por 80% da produção agrícola para o consumo interno, também se verificou um aumento da organização sindical. Duramente vitimados pela política agrícola dos generais, pelas absurdas taxas de custeio e altos juros, os pe-

Superando as limitações

Merece elogios o trabalho desenvolvido pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais nos últimos 21 anos. Mesmo debaixo da ditadura militar fascista, o sindicalismo do campo cresceu vertiginosamente, tanto em quantidade como em qualidade. Quando foi fundada a Contag, em 1964, existiam em todo o país apenas 189 STRs e sete Federações estaduais reconhecidas oficialmente. Atualmente o sindicalismo rural conta com uma poderosa estrutura, alicerçada em cerca de 2600 sindicatos, milhares de delegados sindicais e 22 Federações, representando mais de 8 milhões de trabalhadores sindicalizados.

No entanto os delegados do 4º Congresso da Contag, ao avaliar os êxitos de sua ação sindical, não podem deixar de analisar as debilidades existentes e a necessidade urgente de um novo salto na organização e na luta dos trabalhadores rurais. Há inúmeras limitações que precisam ser superadas. Ainda é fraco o enraizamento dos sindicatos nos locais de trabalho, apesar do incentivo à abertura de delegacias sindicais

em cada micro-região e dos canavieiros do Nordeste terem conquistado, na greve do ano passado, o delegado sindical, com estabilidade no emprego. Centenas de STRs permanecem nas mãos de diretorias imobilistas, que não se adaptaram ao avanço da luta no campo e não refletem o grau de descontentamento de suas bases.

Além disso, o sindicalismo rural ainda peca pela pouca participação no movimento político do país. Sua ausência foi sentida nas grandes campanhas de massas pelas diretas-já e em defesa do candidato único das oposições. O próprio advento da Nova República, com a conquista de maiores liberdades para a ação sindical e a expectativa de mudança na estrutura agrária do país, exigirá um posicionamento mais claro do sindicalismo do campo. Para não ficar a reboque das propostas apresentadas pelo governo, o movimento sindical dos trabalhadores rurais terá de detalhar sua proposta de reforma agrária, além de traçar as formas de luta concretas para a conquista da terra em todo o país.

quenos produtores partiram para a luta de forma organizada.

No Sul do país, por exemplo, os minifundistas organizam levantamento de custos de produção e promovem assembleias e manifestações públicas de protesto contra a orientação do governo. Em alguns casos, chegam inclusive a boicotar a venda de sua produção e a compra de insumos, e reduzem as áreas de plantio para arrancar das indústrias e do governo preços justos e melhores condições de comercialização.

No campo geral, o saldo da ação sindical no campo é positivo. Apesar de algumas limitações, o sindicalismo rural cresceu nos últimos anos, digi-

importantes lutas e obteve vitórias expressivas. Não é para menos que os grandes proprietários de terras intensificaram a repressão, alvejando principalmente os sindicalistas. Prova disso ocorreu na greve dos canavieiros do Nordeste, em setembro passado. Os usineiros acionaram suas milícias privadas, ostensivamente armadas, transformando os engenhos em verdadeiros campos de trabalho forçado. Estes pistoleiros tinham ordens para agredir principalmente os ativistas sindicais. O próprio presidente da Contag, José Francisco, foi ameaçado de morte pelo dono do Engenho Pagi, no município pernambucano de Viana, que lhe apontou uma espingarda 12. (Altamiro Borges)